



**CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
COMPANHIA ABERTA**

**CNPJ 06.981.180/0001-16
NIRE 31300020568**

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Fica a acionista Companhia Energética de Minas Gerais convocada para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 30 de abril de 2013, às 15 horas, na Av. Barbacena, 1200, 17º andar, ala A1, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias:

- a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como dos respectivos documentos complementares;
- b) destinação do lucro líquido do exercício de 2012, no montante de R\$191.365 mil;
- c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos, no montante de R\$141.114 mil;
- d) modificação do Estatuto Social, para alterar a redação da alínea “g” do item I e incluir a alínea “n” no item XI, ambos os itens do “caput” do artigo 17, visando transferir a atividade de ouvidoria do Diretor-Presidente para o Diretor de Relações Institucionais e Comunicação;
- e) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, em decorrência do final do mandato; e,
- f) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato.

Belo Horizonte 27 de março de 2013.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAREM-SE, CUMULATIVAMENTE, ATÉ 30 DE ABRIL DE 2013.

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais:

O Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A.:

Considerando:

- a) o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, e os artigos 20 a 24 do Estatuto Social, e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2012, com apresentação de lucro líquido de R\$191.365 mil, compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro da Companhia;
- b) que, em agosto de 2012, o Conselho de Administração da Cemig aprovou o Primeiro Planejamento Estratégico Integrado do “Grupo Cemig” e a revisão do Plano Diretor para 2012/2035;
- c) que a Cemig irá alterar o seu Estatuto Social para reestruturar sua área de ouvidoria, de forma a otimizar a interlocução com seus clientes; e,
- d) que a Cemig Geração e Transmissão S.A. e a Cemig Distribuição S.A. são subsidiárias integrais da Companhia Energética de Minas Gerais e deverão realizar Assembleias Gerais Extraordinária para reforma estatutária na mesma data em que a Cemig for alterar o seu Estatuto Social.

vem propor o seguinte:

I) que, ao lucro líquido do exercício de 2012, no montante de R\$191.365 mil, seja dada a seguinte destinação:

1- R\$9.568 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social;

2- R\$141.114 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos através de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, conforme CRCA-082/2012, de 21-12-2012, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 20-12-2012;

3- R\$40.683 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2013.

O anexo 1 resume o cálculo dos dividendos propostos pela Administração, em conformidade com o Estatuto Social, e o anexo 2 resume o orçamento de capital de 2013;

II) modificar o Estatuto Social, alterando a redação da alínea “g” do item I e incluindo a alínea “n” no item XI, ambos os itens do “caput” do artigo 17, visando transferir a atividade de ouvidoria do Diretor-Presidente para o Diretor de Relações Institucionais e Comunicação, passando a ter o seguinte teor:

“Artigo 17 - Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria Executiva:

I - Do Diretor-Presidente:

...

g) conduzir as atividades de auditoria interna, secretaria geral e planejamento estratégico;

...

XI - Do Diretor de Relações Institucionais e Comunicação:

...

n) conduzir as atividades de ouvidoria.”.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses da acionista e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pela acionista.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck

Joaquim Francisco de Castro Neto

Djalma Bastos de Moraes

Paulo Roberto Reckziegel Guedes

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Saulo Alves Pereira Junior

Eduardo Borges de Andrade

Wando Pereira Borges

Fuad Jorge Noman Filho

Bruno Magalhães Menicucci

Guy Maria Villela Paschoal

Leonardo Maurício Colombini Lima

João Camilo Penna

Newton Brandão Ferraz Ramos

ANEXO 1

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

	<u>31-12-2012</u> R\$ mil
Dividendos Obrigatórios	
Lucro Líquido do Exercício	191.365
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	95.683
Dividendos Propostos-	
Juros sobre Capital Próprio	<u>142.613</u>
Dividendos por lote de mil ações - R\$	
Dividendo Estatutário	42,30
Dividendos Propostos	63,05

ANEXO 2

Proposta de Destinação do Lucro Líquido (nos termos do Anexo 9-1-II, da I-CVM-481/2009)

ORÇAMENTO DE CAIXA DE 2013

CEMIG DISTRIBUIÇÃO

Valores em R\$ mil correntes

Descrição	Total 2013	AV %
<u>A - SALDO INICIAL</u>	<u>223.545</u>	<u>-</u>
<u>B - RECURSOS</u>	<u>16.394.174</u>	<u>100,0</u>
Arrecadação	12.944.357	79,0
Financiamentos	3.160.000	19,3
Outros	289.817	1,8
<u>C - DESEMBOLSOS</u>	<u>16.157.023</u>	<u>100,0</u>
Programa de Investimento	962.355	6,0
Eecomprada /Transporte	5.917.197	36,6
Orçamento de Despesas	2.057.050	12,7
Impostos	3.849.097	23,8
Dívida	3.008.958	18,6
Dividendos	141.114	0,9
Outros	221.252	1,4
<u>D - SALDO FINAL (A+B-C)</u>	<u>460.697</u>	<u>-</u>

Valores preliminares aguardando aprovação do orçamento

ANEXO 3

I – cópia do estatuto social contendo, em destaque, as alterações propostas

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da denominação, constituição, objeto, sede e duração da Companhia

Artigo 1º - A Cemig Distribuição S.A. é uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral da sociedade de economia mista Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que será regida pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

Parágrafo Primeiro - As atividades de distribuição de energia previstas nos atuais contratos de concessão do Acionista Único - CEMIG serão exercidas diretamente pela Companhia, nos termos do Artigo 3º da Lei nº 15.290, de 04 de agosto de 2004.

Parágrafo Segundo - Observado o disposto no § 1º, a Companhia poderá, mediante autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica e do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, constituir ou participar, majoritariamente ou minoritariamente, de outras sociedades, que tenham por objeto a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica cujas concessões sejam adquiridas ou concedidas após a data da sua constituição.

Artigo 3º - A Companhia terá sua sede e administração na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Av. Barbacena, 1200, 17º andar, ala A1, Bairro Santo Agostinho, podendo abrir escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior, mediante autorização da Diretoria Executiva.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

Do capital e das ações

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$2.261.997.787,64 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), representado por 2.261.997.787 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentas e oitenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Único - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

CAPÍTULO III

Da Assembléia Geral

Artigo 6º - A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, na qualidade de Acionista Único da Companhia, detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar as resoluções que julgar necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes.

CAPÍTULO IV

Da Administração da Companhia

Artigo 7º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que atuarão em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e com este Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Os cargos dos Conselhos de Administração das sociedades controladas e/ou coligadas da Companhia, cujo preenchimento couber à Companhia, serão indicados conforme determinação do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Os cargos dos comitês de apoio aos Conselhos de Administração das sociedades controladas e coligadas, cuja indicação couber à Companhia, serão preenchidos por Conselheiros das respectivas sociedades controladas ou coligadas. Será sempre indicado, como um dos membros dos referidos comitês, o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, que atuará sempre de forma compartilhada com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores ou qualquer outro Diretor.

Parágrafo Terceiro - É vedada a remuneração dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia que integrem os órgãos de administração do Acionista Único - CEMIG.

Seção I

Do Conselho de Administração

Artigo 8º - O Conselho de Administração da Companhia será composto de 14 (quatorze) membros efetivos e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu Presidente e outro, Vice-Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração deverão ser, obrigatoriamente, os mesmos membros do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 9º - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês para analisar os resultados da Companhia e de suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, além de deliberar sobre as demais matérias incluídas na ordem do dia conforme seu regimento interno e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou seu Vice-Presidente, mediante aviso escrito enviado com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, contendo a pauta de matérias a tratar. Em caráter de urgência, as reuniões do

Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima mencionado, desde que inequivocamente cientes os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 10 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença aos seus membros, competindo aos demais membros conceder licença ao Presidente.

Artigo 11 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão, obrigatoriamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Artigo 12 - Caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a lei:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o presente Estatuto;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- f) convocar a Assembléia Geral;
- g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- i) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;
- j) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- k) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);
- l) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “commercial papers” e outros;
- m) aprovar o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual, bem como suas alterações e revisões;

- n) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o Orçamento Anual aprovado;
- o) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- p) aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do presente Estatuto, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;
- q) aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;
- r) aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e,
- s) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta da Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - O Plano Diretor da Companhia deverá conter o planejamento estratégico de longo prazo, fundamentos, metas, objetivos e resultados a serem perseguidos e atingidos pela Companhia e sua política de dividendos, nos quais se basearão os planos, projeções, atividades, estratégias, investimentos e despesas a serem incorporados no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição, nos termos da legislação.

Parágrafo Terceiro - Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Seção II

Da Diretoria Executiva

Artigo 13 - A Diretoria Executiva será constituída por 11 (onze) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor-Presidente; um Diretor Vice-Presidente; um Diretor de Finanças e Relações com Investidores; um Diretor de Gestão Empresarial; um Diretor de Distribuição e Comercialização; um Diretor Comercial; um Diretor de Desenvolvimento de Negócios; um Diretor sem designação específica; um Diretor de Gás; um Diretor Jurídico; e, um Diretor de Relações Institucionais e Comunicação, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão dos Diretores estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva serão, obrigatoriamente, os membros das respectivas Diretorias do Acionista Único - CEMIG, sendo que a Diretoria sem designação específica será ocupada, também obrigatoriamente, pelo Diretor de Geração e Transmissão do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 14 - Em caso de ausência, licença, renúncia ou vaga do Diretor-Presidente, o cargo será exercido pelo Diretor Vice-Presidente, pelo período que durar a ausência ou licença e, nos casos de vaga, impedimento ou renúncia, até o provimento do cargo pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo ausência, licença, renúncia ou vaga de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva, poderá ela, mediante a aprovação da maioria de seus membros, atribuir a outro Diretor o exercício das funções respectivas, pelo período que durar a ausência ou licença, e, nos casos de vaga, impedimento ou renúncia, até que o cargo seja provido pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - O Diretor-Presidente ou o membro da Diretoria Executiva eleito na forma deste artigo exercerá o cargo pelo tempo de mandato que restava ao Diretor substituído.

Artigo 15 - A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Artigo 16 - Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia conterà os planos e as projeções para o prazo de 5 (cinco) exercícios financeiros, devendo ser atualizado, no máximo, a cada ano, e abordará em detalhe, entre outros:

- a) as estratégias e ações da Companhia, incluindo qualquer projeto relacionado ao seu objeto social;
- b) os novos investimentos e oportunidades de negócios, incluindo os das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, assim como dos consórcios de que participe;
- c) os valores a serem investidos ou de outra forma contribuídos a partir de recursos próprios ou de terceiros;
- d) as taxas de retorno e lucros a serem obtidos ou gerados pela Companhia.

Parágrafo Segundo - O Orçamento Anual refletirá o Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e deverá detalhar as receitas e as despesas operacionais, os custos e investimentos, o fluxo de caixa, o montante a ser destinado ao pagamento de dividendo, as inversões com recursos próprios ou de terceiros e outros dados que a Diretoria Executiva considerar necessários.

Parágrafo Terceiro - O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual serão preparados e atualizados anualmente, até o término de cada exercício social, para vigorar no exercício social seguinte. Serão elaborados com a coordenação do Diretor-Presidente e do Diretor de Finanças e Relações com Investidores, respectivamente, e, no que tange às coligadas e controladas, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e sempre,

em todos os aspectos, com a participação de todas as Diretorias da Companhia. O Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e o Orçamento Anual serão submetidos ao exame da Diretoria Executiva e, após, à aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto - Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

a) aprovar o plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação das normas correspondentes;

b) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Plano Plurianual e Estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;

c) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o Plano Plurianual e Estratégico então vigente, assim como suas revisões;

d) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no Orçamento Anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitado o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

e) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

f) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvado o disposto na alínea “o” do inciso IV do artigo 17;

g) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, devendo as deliberações observarem as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;

h) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) e inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

i) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais);

j) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), mediante proposta do Diretor de Finanças e Relações com Investidores;

k) aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observado o disposto na alínea ‘h’ do inciso I do artigo 17;

l) autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembléia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o Orçamento Anual aprovado;

m) examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria, observado o disposto no artigo 12, alínea “j”, e artigo 16, § 4º, alínea “h”.

Parágrafo Quinto - A prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos será efetuada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ou por mandatário devidamente constituído.

Parágrafo Sexto - A outorga de procurações deverá ser realizada pelo Diretor-Presidente, conjuntamente com um Diretor, ressalvada a competência definida na alínea “c”, inciso I, do artigo 17, para a qual será exigida apenas a assinatura do Diretor-Presidente.

Parágrafo Sétimo – Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Artigo 17 - Observado o disposto nos artigos precedentes, são atribuições dos membros da Diretoria Executiva:

I - Do Diretor-Presidente:

- a) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- b) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia
- c) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- e) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária;
- f) admitir e demitir pessoal da Companhia;
- g) conduzir as atividades de auditoria interna, ~~ouvidoria,~~ secretaria geral e planejamento estratégico;
- h) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- i) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios.

II - Do Diretor Vice-Presidente:

- a) substituir o Diretor-Presidente nos casos de ausência, licença, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;
- b) propor a melhoria das políticas e diretrizes de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;
- c) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;
- d) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente, ao processo tecnológico e à gestão estratégica de tecnologia;
- e) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- f) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;

g) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

III- Do Diretor de Finanças e Relações com Investidores:

a) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;

b) coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia

c) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios;

d) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;

e) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;

f) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;

g) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;

h) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;

i) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;

j) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;

k) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;

l) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;

m) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;

n) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e, (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

o) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;

p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;

q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

IV - Do Diretor de Gestão Empresarial:

- a) prover pessoal adequado à Companhia;
- b) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- d) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- e) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;
- f) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;
- g) prover a Companhia de recursos e serviços de infra-estrutura e de apoio administrativo;
- h) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;
- i) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;
- j) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- k) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- l) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- m) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- n) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- o) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais);
- p) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;
- q) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;
- r) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

V - Do Diretor de Distribuição e Comercialização:

- a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;
- b) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;

- c) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;
- d) operar e manter o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- e) gerenciar as políticas de segurança de trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;
- f) propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos por esta Diretoria;
- g) desenvolver programas e ações junto aos consumidores cativos com demanda inferior a 500 kW, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;
- h) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos, com demanda inferior a 500 kW;
- i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- j) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee e demais entidades do setor de distribuição;
- k) propor as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de distribuição e gerir a segurança patrimonial dessas instalações;
- l) buscar a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;
- m) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

VI - Do Diretor Comercial:

- a) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;
- b) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia;
- c) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- d) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica–CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;
- e) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;
- f) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;
- g) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;
- h) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;
- i) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;
- j) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, dos créditos de carbono da Companhia;
- k) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

VII – Do Diretor de Desenvolvimento de Negócios:

- a) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- b) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;
- c) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;
- d) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;
- e) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;
- f) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- g) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;
- h) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;
- i) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- j) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;
- k) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País.
- l) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, *pay back*, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);
- m) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- n) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;
- o) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;
- p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;
- q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia;
- r) representar a Companhia, nos termos do § 3º do artigo 11 deste Estatuto, nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas;
- s) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.

VIII - Do Diretor sem designação específica:

a) praticar os atos próprios previstos na legislação e no presente Estatuto, e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

IX – Do Diretor de Gás:

a) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;

b) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;

c) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;

d) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;

e) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;

f) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;

g) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais dadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;

h) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;

i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

j) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

X- Do Diretor Jurídico:

a) coordenar as atividades jurídicas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, compreendendo: a organização e a supervisão dos serviços jurídicos das companhias nas áreas contenciosa e consultiva, em todos os ramos do direito; o estabelecimento das diretrizes, a emissão de orientações jurídicas e a atuação preventiva nos assuntos legais de interesse das companhias; a adoção de medidas que visem à integração e sinergia das áreas jurídicas das companhias; a promoção da defesa dos interesses das companhias em juízo e administrativamente; e, a definição de estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pelas companhias;

b) apoiar as demais áreas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, nos assuntos legais e jurídicos;

c) propor e implementar as diretrizes para as contratações de serviços jurídicos externos, coordenando e supervisionando a sua execução;

d) coordenar as informações relativas aos processos judiciais, administrativos e serviços de advocacia consultiva da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976; e periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

XI - Do Diretor de Relações Institucionais e Comunicação:

- a) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;
- b) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;
- c) coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;
- d) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- e) coordenar o acompanhamento das proposições legislativas e regulatórias, bem como as manifestações da Companhia e das suas subsidiárias integrais juntamente com as Diretorias envolvidas;
- f) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;
- g) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;
- h) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;
- i) coordenar as ações de definição e implementação do uso da marca da Companhia e das suas subsidiárias integrais, para assegurar o valor e fortalecimento da Companhia;
- j) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória da Companhia e suas subsidiárias integrais, zelando pelo acervo físico da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- k) coordenar o controle e divulgação de informações institucionais e corporativas;
- l) coordenar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a aplicação dos recursos para projetos culturais, especialmente os de responsabilidade social, com recursos de leis de incentivo;
- m) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes;
- n) conduzir as atividades de ouvidoria.

Parágrafo Primeiro - As competências de representação perante órgãos técnicos, administrativos e associações outorgadas aos Diretores nos termos deste artigo não exclui a competência de representação do Diretor-Presidente nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto no que diz respeito à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração para contrair obrigações em nome da Companhia.

Parágrafo Segundo - As competências de celebração de contratos e demais negócios jurídicos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia outorgadas aos Diretores nos termos deste artigo não excluem a competência da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, conforme o caso, nem a necessidade de observância das disposições previstas no presente Estatuto no que diz respeito aos limites financeiros e à prévia obtenção das autorizações dos órgãos da Administração, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no presente Estatuto, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Parágrafo Quarto - Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no presente Estatuto.

Parágrafo Quinto - Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

Parágrafo Sexto - O limite financeiro estabelecido na alínea “o” do inciso IV deste artigo será corrigido, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.”.

CAPÍTULO V **Do Conselho Fiscal**

Artigo 18 - O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização da Companhia, funcionará de modo permanente, e será presidido pelo Presidente do Conselho Fiscal do Acionista Único - CEMIG, e integrado por mais 2 (dois) a 4 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, todos membros do Conselho Fiscal do Acionista Único - CEMIG, eleitos anualmente pelo Acionista Único - CEMIG, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - O Presidente do Conselho Fiscal convocará e conduzirá as reuniões.

Parágrafo Segundo - No caso de renúncia do cargo, falecimento ou impedimento, será o membro efetivo do Conselho Fiscal substituído pelo seu respectivo suplente, até que seja eleito o novo membro, o qual deverá ser escolhido pela mesma parte que indicou o substituído.

Parágrafo Terceiro - É vedada a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia que integrem os órgãos de administração do Acionista Único - CEMIG.

Artigo 19 - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VI **Do Exercício Social**

Artigo 20 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação pertinente, podendo, a critério do Conselho de Administração, ser levantados balanços semestrais ou intermediários referentes a períodos menores.

Artigo 21 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.

Parágrafo Único - O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:

- a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- b) 50% (cinquenta por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, ao Acionista Único - CEMIG, observadas as demais disposições do presente Estatuto e a legislação aplicável;
- c) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, será distribuído ao Acionista Único - CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.

Artigo 22 - Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a Companhia poderá, observada a legislação pertinente e a critério do Conselho de Administração, declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

Artigo 23 - O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação, em substituição total ou parcial dos dividendos de que trata o artigo anterior, ou em adição aos mesmos, devendo as importâncias pagas ou creditadas a tal título serem imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Artigo 24 - Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Parágrafo Único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

Artigo 25 - É assegurada a participação dos empregados nos lucros ou resultados da Companhia, mediante critérios autorizados pela Diretoria Executiva com base nas diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e limites estabelecidos pela Assembléia Geral, na forma da legislação específica.

Artigo 26 - Compete à Assembléia Geral fixar, anualmente, os limites de participação dos administradores nos lucros da Companhia, observado o disposto no parágrafo único do artigo 190 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VII

Da Responsabilidade dos Administradores

Artigo 27 - Os Administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto.

Artigo 28 - A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos, ativa e passivamente, durante ou após os respectivos mandatos, por fatos ou atos relacionados com o exercício de suas funções próprias e que não contrariarem disposições legais ou estatutárias.

Parágrafo Primeiro - A garantia prevista no caput deste artigo estende-se aos empregados que legalmente atuarem por delegação dos Administradores da Companhia.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá contratar seguro de responsabilidade civil para a cobertura das despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos processos judiciais e administrativos de que trata o *caput* deste artigo, mediante deliberação do Conselho de Administração.

II – relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.

Alteração da alínea “g” do item I e inclusão da alínea “n” no item XI, ambos os itens do “caput” do artigo 17, do Estatuto social:

Justificativas:

- a) em 2009, foi desenvolvido na Companhia um novo Modelo de Governança e Gestão Corporativa, com o objetivo, dentre outros, de fomentar o alinhamento estratégico entre as empresas do “Grupo Cemig” e de estruturar alternativas que permitam o fortalecimento da visão de negócios na gestão das participações;
- b) em agosto de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Primeiro Planejamento Estratégico Integrado do “Grupo Cemig” e a revisão do Plano Diretor para 2012/2035;
- c) há necessidade da Companhia reestruturar sua área de ouvidoria, de forma a otimizar a interlocução com seus clientes;

Impactos econômicos e jurídicos:

Não há

ANEXO 4

Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, em cumprimento ao art. 9º, III da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia entendem que o ano de 2012 foi de grandes mudanças, complexidade e desafios. Entendem que a busca de eficiência operacional e a disciplina de investir em ativos que agreguem valor certamente contribuíram de forma significativa para o crescimento da Companhia.

Nesse contexto, estão confiantes que visão estratégica da Companhia, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, de como devemos fazer a gestão dos diversos empreendimentos que estamos levando a cabo irá proporcionar aos nossos acionistas o retorno adequado e atrativo dos investimentos realizados.

O resultado de 2012 foi impactado pelo maior custo com compra de energia elétrica, tendo em vista a queda do nível dos reservatórios das usinas, gerando o consequente despacho das usinas térmicas, cujo custo é muito mais alto e refletiu-se nas despesas da Companhia. Mas é sempre importante ressaltar que esse custo adicional será considerado na definição das tarifas na revisão tarifária, que terá o seu resultado em vigor a partir de 8 de abril de 2013.

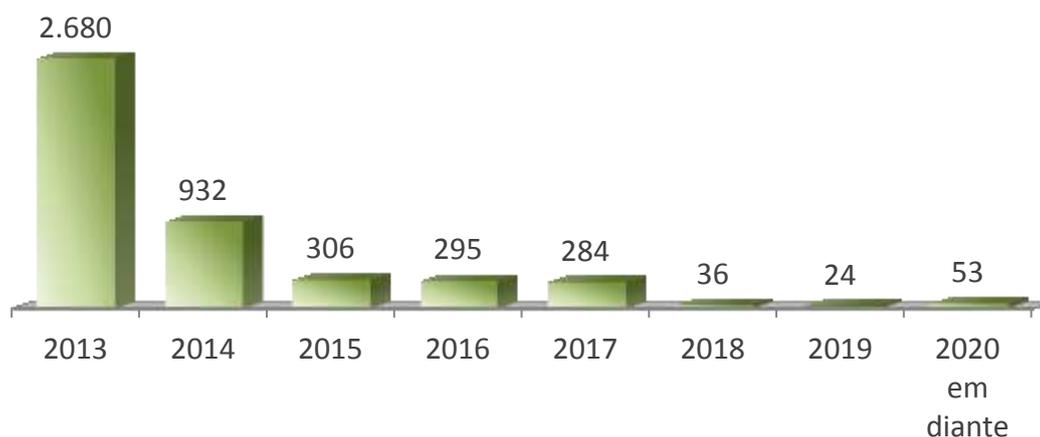
A Cemig está em discussão com a Aneel das questões relacionadas ao processo de revisão tarifária, destacando-se as questões relacionadas à eficiência operacional e prudência nos investimentos. Os Diretores tem a consciência dos desafios impostos de tornar a Empresa mais eficiente, com uma gestão adequada de custos e uma gestão de investimentos que atenda aos critérios de prudência estabelecidos pelo Regulador.

O mercado brasileiro de capitais mais uma mostrou sua capacidade ao financiar volumes significativos de recursos de financiamento das atividades, totalizando R\$ 1,5 bilhão captado pela Empresa.

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2012, por um endividamento de R\$4,6 bilhões, sendo 84% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 16% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de 26% da dívida da Cemig D no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“waiver”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de covenant ocorrida. A Companhia tem a expectativa de obtenção dos consentimentos, mas como esse fato ocorrerá em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.206 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, havia um endividamento de R\$3,5 bilhões, sendo 18% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 82% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2010, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de aproximadamente R\$3,0 bilhões, sendo 13% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 87% representado por dívidas de longo prazo. Já em 31 de dezembro de 2009, havia um endividamento de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, sendo 16% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 84% representado por dívidas de longo prazo (sem os efeitos da reclassificação da dívida para o curto prazo decorrentes da não obtenção de *waiver* prévio dos credores pela ultrapassagem de alguns *covenants* financeiros, o que só ocorreu logo após o início de 2010). Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional para implementar e executar seu plano de investimento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, tem um cronograma de amortizações com prazo médio de 2,0 anos. Embora haja uma concentração de dívidas vencendo em 2013, conforme gráfico abaixo, na opinião dos Diretores da Companhia, a Companhia possui plenas condições de promover o refinanciamento dos vencimentos da dívida dado o amplo acesso da Companhia ao mercado de capitais local, sendo que em março de 2013, a Companhia concluiu sua 3ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$2.160 milhões, com prazo total de 12 anos. Nos demais anos, os pagamentos são de até R\$900 milhões, aproximadamente, compatíveis com a geração de caixa.

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2012 (R\$ milhões)



	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	31.107	2.283	-	-	-	-	-	19.045	52.435
Euro	1.778	1.778	1.778	1.777	-	-	-	-	7.111
	32.885	4.061	1.778	1.777	-	-	-	19.045	59.546
Indexadores									
IPCA (1)	1.449	-	176.279	176.280	176.279	-	-	-	530.287
IGP-M (2)	22.408	378.951	-	-	-	-	-	-	401.359
UFIR/RGR (3)	69.345	75.192	61.291	49.803	40.224	35.362	23.562	35.336	390.115
CDI (4)	1.756.499	473.620	65.914	65.910	66.360	-	-	-	2.428.303
Taxas pré-fixadas	793.153	-	-	-	-	-	-	-	793.153
TR (5)	1.534	382	96	-	-	-	-	-	2.012
Outros	2.293	-	578	731	732	521	-	-	4.855
	2.646.681	928.145	304.158	292.724	283.595	35.883	23.562	35.336	4.550.084
	2.679.566	932.206	305.936	294.501	283.595	35.883	23.562	54.381	4.609.630

- (1) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA
 (2) Índice Geral de Preços –Mercado - IGP-M
 (3) Unidade Fiscal de Referência UFIR/RGR
 (4) Certificado Depósito Interbancário – CDI
 (5) Taxa Referencial - TR

O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (5,41% ao ano, a preços constantes, em 30 de dezembro de 2012, 7,71% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2011, e 7,35% ao ano, em 31 de dezembro de 2010), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 30 de dezembro de 2012, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (53% do total), taxas pré-fixadas (17% do total) e IPCA (12% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para uma qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	31 de dezembro de	31 de dezembro de		
	2012	2011	2010	2009
LAJIDA / Juros ⁽²⁾	2,51	5,38	4,52	6,80
Dívida Líquida ⁽³⁾ / LAJIDA ⁽¹⁾	4,97	1,85	2,16	1,45
Dívida Líquida ⁽³⁾ / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida ⁽³⁾)	64%	53%	52%	53%

Fonte: Companhia

- (1) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.
 (2) Juros: encargos de empréstimos e financiamentos (CDI e taxas pré-fixadas).
 (3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$2.463 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$4.419 milhões. Em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido da Companhia era de R\$2.656 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$2.984 milhões. Já em 31 de dezembro de 2010, era de R\$2.377 milhões e de R\$2.544 milhões, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2009 era de R\$2.095 milhões e de R\$2.370 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 64% em 31 de dezembro de 2012, 53% em 31 de dezembro de 2011, 52% em 31 de dezembro de 2010 e 53% em 31 de dezembro de 2009.

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia. Até 31 de dezembro de 2012, foram gerados pelas atividades operacionais o montante de R\$592 milhões de caixa. Até 31 de dezembro de 2011, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$1.269 milhões de caixa. Em 2010, foram gerados R\$1.025 milhões de caixa, enquanto que em 2009 foram gerados R\$1.110 milhões.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$190 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$527 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$503 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$246 milhões em 31 de dezembro de 2009.

Por outro lado, a dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$4.419 milhões, em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.984 milhões, em 31 de dezembro de 2010 era de R\$2.544 milhões e em 31 de dezembro de

2009 a dívida líquida era de R\$2.370 milhões. O indicador de 2012 indica que 5 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Já os indicadores de 2011 e 2010 indicam que cerca de dois anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Os Diretores da Companhia entendem que embora haja uma concentração de dívidas vencendo em 2013, a Companhia não terá dificuldade em reescaloná-la ao longo dos anos. Há que se destacar que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 1ª emissão de debêntures simples, em 01/06/2006, no valor de R\$250,5 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 1ª emissão de notas promissórias, em 27/07/2006, no valor de R\$300 milhões, destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro de 2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano;
- 2ª emissão de notas promissórias, em 02/01/2007, no valor de R\$200 milhões, destinados a recomposição do caixa da Companhia utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto de 2006 até o recebimento dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano;
- 3ª emissão de notas promissórias, em 29/06/2007, no valor de R\$400 milhões, destinados para (i) recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal de dívidas da Companhia, pagamentos estes ocorridos entre janeiro de 2007 e a data da liberação dos recursos, estimados em R\$297 milhões, dos quais se destaca o pagamento do principal da 2ª emissão de notas promissórias da Companhia, no valor de R\$200 milhões; e (ii) pagamento de principal das dívidas vincendas até o final do ano, limitado a R\$103 milhões;
- 2ª emissão de debêntures simples, em 15/12/2007, no valor de R\$400 milhões, destinados ao pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão de notas promissórias da Companhia;
- 4ª emissão de notas promissórias, em 28/12/2011, no valor de R\$100 milhões destinados à reforço de capital de giro;
- 5ª emissão de notas promissórias, em 02/07/2012, no valor de R\$640 milhões, destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e/ou reforço do capital de giro da Companhia; e
- 6ª emissão de notas promissórias, em 21/12/2012, no valor de R\$600 milhões, destinados à reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Companhia ao longo do ano de 2012;
- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2013, no valor de R\$2.160 milhões, destinados resgate das 64 Notas Promissórias da 5ª Emissão e das 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão, bem como para o investimento em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia.

O passivo circulante era de R\$6.250 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$2.605 milhões em 31 de dezembro de 2011, R\$2.405 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.792 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2012, foram captados R\$1.649 milhões na Companhia, sendo R\$200 milhões através da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil para o refinanciamento de dívidas existentes, R\$1.240 milhões através de duas emissões de notas promissórias comerciais para financiamento de investimentos, pagamentos de dívidas e/ou reforço de capital de giro, R\$34 milhões através dos contratos de financiamento da Eletrobrás para o Programa Luz Para Todos, Programa Cresceminas e o Programa Reluze R\$175 milhões de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda e com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo

A Companhia recorreu ao mercado de capitais ao final de 2011, emitindo R\$100 milhões em notas promissórias para reforço de capital de giro. Ao longo do ano de 2011, foram captados R\$410 milhões em empréstimos e R\$116 milhões em financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$291 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

Em 2010, foram captados R\$904 milhões na Companhia, sendo R\$370 milhões através de operações de empréstimo garantido por duplicatas de venda de energia, R\$230 milhões através de rolagem de dívidas bancárias, R\$ 49 milhões através da prorrogação das parcelas vencidas no período de outubro a dezembro de 2010 de contratos celebrados com o Banco do Brasil S.A., R\$66 milhões através de financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos e R\$189 milhões por meio de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE), dos convênios para o Polo de Citricultura e o Planoroeste e da subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda.

Em 2009, foram captados R\$119 milhões na Companhia, sendo R\$91 milhões através de operações de rolagem de dívidas bancárias, no âmbito da Resolução 2827 do BACEN, e R\$28 milhões através de financiamentos da Eletrobrás, para o Programa Reluz. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas, no montante de R\$56 milhões, através de aditivos a contratos existentes.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- financiamento para importação;
- financiamento de agências multilaterais;
- financiamentos de órgãos de fomento; e
- empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- *Aproveitar as condições favoráveis de mercado.* Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- *Manter alongado o cronograma de amortização da dívida.* Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- *Reduzir o custo financeiro.* Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- *Otimizar a exposição à moeda estrangeira.* Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.
- *Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG.* A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- *Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores.* Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador das atividades da

Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$4.610 milhões, sendo R\$4.419 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3.511 milhões, sendo R\$2.984 milhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3.047 milhões, sendo R\$2.544 milhões a dívida líquida, e em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 2.616 milhões, sendo R\$2.370 milhões a dívida líquida.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para uma qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2012	2011	2010	2009
Endividamento do Patrimônio Líquido (1)	3,73	2,94	3,04	3,13
Dívida Líquida / LAJIDA (2)	4,97	1,85	2,16	1,45
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) (3)	64%	53%	52%	53%

Fonte: Companhia

- 1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido
- 2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.
- 3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa.

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2012 (valores expressos em R\$ mil): Financiadores	2012					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	25.603	-	25.603
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	5.504	21.328	26.832
KFW	2016	4,5	EUR	1.778	5.333	7.111
Dívida em Moeda Estrangeira				32.885	26.661	59.546
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.213	-	5.213
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	101.213	-	101.213
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	202.541	-	202.541
Banco do Brasil S.A (4)	2013	10,83*	R\$	795.036	-	795.036
Banco do Brasil S.A (4)	2013	11,58**	R\$	(1.883)	-	(1.883)
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	-	-	-
Banco do Brasil S.A	2014	98,5% do CDI*	R\$	105.000	374.177	479.177
Banco do Brasil S.A (4)	2014	0,64***	R\$	(2.612)	(676)	(3.288)
Banco do Brasil S.A (4)	2012	106% do CDI*	R\$	-	-	-
Banco do Brasil S.A (4)	2012	0,32***	R\$	-	-	-
Banco do Brasil S.A	2013	104,08 do CDI	R\$	664.075	-	664.075
Banco do Brasil S.A	2017	108,33 % do CDI	R\$	206.186	-	206.186

Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	35.881	-	35.881
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.914	-	1.914
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.459	-	25.459
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	62.893	-	62.893
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	600.813	-	600.813
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	69.345	320.770	390.115
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	3.826	3.041	6.867
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.535	-	12.535
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	33.690	-	33.690
Dívida em Moeda Nacional				2.921.125	697.312	3.618.437
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.954.010	723.973	3.677.983
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	530.287	-	530.287
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	401.360	-	401.360
Total de Debêntures				931.647	-	931.647
Total Geral Consolidado				3.885.657	723.973	4.609.630

- (1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.
(2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08
a. *Taxa Contratual.
b. **Taxa Interna de retorno, incluindo o custo de transação;
c. ***Taxa Equivalente.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2011 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	2011					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank (2)	2013	6	USD	23.541	23.448	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	7.481	27.345	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	1.605	6.422	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				32.627	57.215	89.842
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.628	5.000	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	8.050	96.000	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	106.220	200.000	306.220
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	10,83 *	R\$	-	713.255	713.255
Banco do Brasil S.A. (4)	2013	11,58**	R\$	(4.576)	(1.883)	(6.459)
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	99.114	-	99.114
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI *	R\$	-	442.528	442.528
Banco do Brasil S.A.(4)	2014	0,64 ***	R\$	(2.603)	(3.288)	(5.891)
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	106% do CDI *	R\$	100.086	-	100.086
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	0,32 ***	R\$	(307)	-	(307)
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	36.268	35.506	71.774
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.219	1.736	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.256	24.554	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	68.039	60.217	128.256
Debêntures (3)	2017	IPCA+7,96	R\$	1.678	500.970	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	21.087	351.610	372.697
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	73.506	354.732	428.238
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	4.342	2.024	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.622	12.490	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	35.744	32.556	68.300
Dívida Referente a Moeda Nacional				593.373	2.828.007	3.421.380
TOTAL GERAL				626.000	2.885.222	3.511.222

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.
(2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% ao ano.
(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
(4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08.

*Taxa Contratual.

** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.

*** Taxa equivalente

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2010 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	2010					
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6.00	USD	20.942	41.655	62.597
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	8.797	42.238	51.035
B.N.P. – Paribas	2010	Libor + 1,875	EUR	-	-	-
KFW	2016	4,5	EUR	1.470	7.347	8.817
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-
Dívida em Moeda Estrangeira				31.209	91.240	122.449
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.876	10.000	15.876
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	7.067	96.000	103.067
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	5.947	300.000	305.947
Banco do Brasil S.A	2013	10,83	R\$	36.953	593.541	630.494
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	50.782	97.889	148.671
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	38.477	66.217	104.694
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.270	2.605	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.508	49.107	74.615
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	71.057	120.434	191.491
Debêntures (5)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.720	470.613	472.333
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	20.198	334.440	354.638
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	61.997	311.368	373.365
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.184	2.707	5.891
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.693	24.979	37.672
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.805	65.112	101.917
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	-	-	-
Outros	2010	Diversas	R\$	-	-	-
Dívida em Moeda Nacional				379.534	2.545.012	2.924.546
Total Geral				410.743	2.636.252	3.046.995

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.

(2) a (4) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (2) CDI + 2,00% ao ano; (3) CDI + 2,12% ao ano; e (4) CDI + 3,01% ao ano.

(5) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2009 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	2009			Total
			Moedas	Circulante	Não Circulante	
MOEDA ESTRANGEIRA						
ABN AMRO Bank (2)	2013	6,00	USD	21.910	65.295	87.205
ABN AMRO Bank (3)	2009	6,35	USD	-	-	-
Banco do Brasil S.A – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	9.286	57.489	66.775
BNP- Paribas	2010	Libor + 1,875	USD	4.292	-	4.292
KFW	2016	4,5	EUR	1.654	9.923	11.577
UNIBANCO (4)	2009	5,5	USD	-	-	-
UNIBANCO (4)	2009	5,00	USD	-	-	-
Dívida referente à Moeda Estrangeira				37.142	132.707	169.849
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A	2012	110,00 do CDI	R\$	19.461	37.452	56.913
Banco do Brasil S.A	2012	110,00 do CDI	R\$	30.966	60.437	91.403
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.992	15.001	20.993
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	6.079	96.000	102.079
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	4.752	300.000	304.752
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	39.204	99.325	138.529
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	407	3.473	3.880
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	29.270	-	29.270
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.611	73.661	99.272
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	72.474	180.652	253.126
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	18.151	300.548	318.699
Debêntures (5)	2017	IPCA+7,96	R\$	1.488	444.458	445.946
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	45.529	307.812	353.341
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	2.870	2.523	5.393
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.715	37.469	50.184
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	37.207	97.667	134.874
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR+7,30	R\$	37.851	-	37.851
FINEP	2010	URTJ + 4,00	R\$	65	-	65
Dívida referente à Moeda Nacional				390.092	2.056.478	2.446.570
TOTAL GERAL				427.234 (6)	2.189.185 (6)	2.616.419

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) a (4) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (2) CDI + 2,00% ao ano; (3) CDI + 2,12% ao ano; e (4) CDI + 3,01% ao ano.

(5) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(6) Sem os efeitos da reclassificação da dívida para o curto prazo decorrentes da não obtenção de *wavier* prévio dos credores pela ultrapassagem de alguns *covenants* financeiros, o que só ocorreu logo após o início de 2010.

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira. Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2012, era superior a R\$ 50 milhões):

I – Banco do Brasil S.A.

- Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.377 e 330.800.379

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu em favor do Banco do Brasil S.A. duas Cédulas de Crédito Bancário no valor de R\$90 milhões cada uma, cujos recursos foram destinados à rolagem de dívida. Essas Cédulas, cujos termos e condições são idênticos, contaram com aval da CEMIG. Os encargos incidentes foram a 104,10% do CDI e a amortização se dará em outubro de 2014. O saldo devedor total dessas CCBs em 31 de dezembro de 2012 era de R\$121,5 milhões.

- Cédula de Crédito Comercial 20/04620-0 e Cédula de Crédito Comercial 20/04619-7

Em maio de 2010, a Companhia realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$600 milhões, a uma taxa pré-fixada de 11,43% ao ano, com vencimento em maio de 2013. Foram emitidas duas Cédulas de Crédito Comercial no valor de R\$370,0 milhões e de R\$230,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da CEMIG, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2012 era de R\$793,1 milhões.

- Cédula de Crédito Comercial 20/04724-X e Nota de Crédito Comercial 20/04723-1

Em abril de 2011, a Companhia realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$410 milhões, a uma taxa equivalente a 98,5% do CDI, com vencimento em abril de 2014. Foi emitida uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210,0 milhões e uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da CEMIG, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2012 era de R\$475,9 milhões.

- Cédula de Crédito Bancário 306.401.055

Em maio de 2012, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$200 milhões, a uma taxa 108,33% do CDI, com vencimento em 28 de maio de 2017, cujos recursos foram destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e reforço do capital de giro. Essa Cédula contou com o aval da CEMIG e possui as cláusulas usuais de vencimento antecipado. O saldo desta Cédula em 31 de dezembro de 2012 era de R\$206,1 milhões.

II - Eletrobrás

O Programa Luz para Todos, um programa do Governo Federal que visa à Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica no Campo, é um dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais e está em implantação pela Companhia. O programa foi instituído com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas na área rural do Brasil. No âmbito desse Programa foram celebrados com a Eletrobrás os seguintes contratos de financiamento e concessão de subvenção, cuja garantia ofertada foi a vinculação da receita da Companhia:

- Contrato ECFS-005/2005

Contrato celebrado em abril de 2006, no valor total de R\$ 375,9 milhões, sendo R\$172,7 milhões provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$203,2 milhões provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados três aditivos a esse contrato: o primeiro, em julho de 2007, alterando o valor do contrato para R\$466,6 milhões, sendo 214,4 milhões com recursos provenientes da RGR e 252,2 milhões provenientes da CDE; o segundo, dezembro de 2008, alterando as cláusulas de disponibilização e de encerramento do crédito; o terceiro, em outubro de 2010, alterando o cronograma físico-financeiro, bem como a data de encerramento do crédito para 31/12/2010. Sob esse contrato, foram liberadas em 4 parcelas, perfazendo o valor total de R\$419,9 milhões, sendo R\$192,9 milhões com recursos da RGR e R\$227,0 milhões com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (junho/2008), com vencimento final em junho de 2018. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$106,6 milhões.

- **Contrato ECFS-227/2008**

Contrato celebrado em agosto de 2008, no valor total de R\$321,5 milhões, sendo R\$147,7 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$173,8 provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Em agosto de 2010, foi celebrado um aditivo a esse contrato que, dentre outras modificações, alterou o valor proveniente da RGR para R\$188,3 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas duas parcelas totalizando 94,2 com recursos do RGR (valor financiado) e R\$110,8 milhões com recursos do CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (outubro/2010), com vencimento final em novembro de 2020. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$139,5 milhões.

- **Contrato ECFS-294/2010**

Contrato celebrado em agosto de 2010, no valor total de R\$165.951.550,00, sendo R\$76.248.010,00 com recursos da RGR (valor financiado) e R\$89.703.540,00, com recursos da CDE (valor subvencionado). Em junho de 2011, foi celebrado um aditivo alterando o cronograma físico-financeiro, a data do encerramento do crédito e a forma da comprovação do crédito. Sob este contrato já foram liberadas 3 parcelas, totalizando R\$53,4 milhões com recursos da RGR e R\$62,8 milhões da CDE. Sobre o valor da CDE incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado da RGR incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (que ocorrerá em setembro de 2013), com vencimento final em setembro de 2023. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$53,6 milhões.

III – Notas Promissórias

Em 02 de julho de 2012, a Companhia emitiu 64 Notas Promissórias, no valor unitário de R\$10 milhões, perfazendo um total de R\$640 milhões, a uma taxa de juros correspondentes a 104,8% do CDI, com vencimento em 27 de junho de 2013. Os recursos oriundos das Notas Promissórias foram utilizados no pagamento de dívidas pré-existentes da Companhia. As Notas Promissórias contaram com o aval da CEMIG, têm as cláusulas usuais de vencimento antecipado e o respectivo saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$664,1 milhões.

Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia emitiu 60 Notas Promissórias, no valor unitário de R\$10 milhões, perfazendo um total de R\$600 milhões, a uma taxa de juros correspondentes a 102,5% do CDI até 20/04/2013 e 103% do CDI de 20/04/2013 até o vencimento em 19 de junho de 2013. Os recursos oriundos das Notas Promissórias foram utilizados na reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Companhia ao longo do ano de 2012. As Notas Promissórias contaram com o aval da CEMIG, têm as cláusulas usuais de vencimento antecipado e o respectivo saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$600,8 milhões.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação da dívida

Cerca de 62,98% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da CEMIG e cerca de 24,64% da dívida são garantidos por recebíveis da Companhia.

iv) restrições impostas à Companhia

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco Itaú BBA e ABN (Santander), há *covenants financeiros* que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Banco Itaú BBA:

LAJIDA/Despesas financeiras líquidas:	maior ou igual a 2,8
Divida/(patrimônio líquido +dívida):	menor ou igual a 53%
Divida/LAJIDA:	menor ou igual a 3,36
Divida curto prazo/LAJIDA:	menor ou igual a 90%
Investimento/LAJIDA:	menor ou igual a 60%

Banco ABN (Santander):

LAJIDA/Juros:	maior ou igual a 3
Dívida/LAJIDA:	menor ou igual a 2,5

LAJIDA: Resultado do Período (+) Amortização (+) Resultado Financeiro (+) IR/CS (+) Desp. Obrigações Pós Emprego (+) Provisões Operacionais.

Juros: Encargos de Empréstimos e Financiamentos (resultado financeiro + juros capitalizados).

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados pela Companhia junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados. Os Diretores entendem que a Companhia não terá dificuldades em comprovar a aplicação dos recursos contratados e informam que os contratos de financiamento da Eletrobrás em fase de desembolso apresentavam ao final de 2012 um percentual de 85% de recursos desembolsados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS CONTAS DE RESULTADO DA COMPANHIA

Resultado do Exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2012, um lucro líquido de R\$191 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$720 milhões no exercício de 2011, representando uma redução de 73,47%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2012	2011
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	10.792	9.882
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.872	1.825
Transações com Energia na CCEE	116	25
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.228	1.175
Outras Receitas Operacionais	281	160
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(4.785)	(4.557)
	9.504	8.510

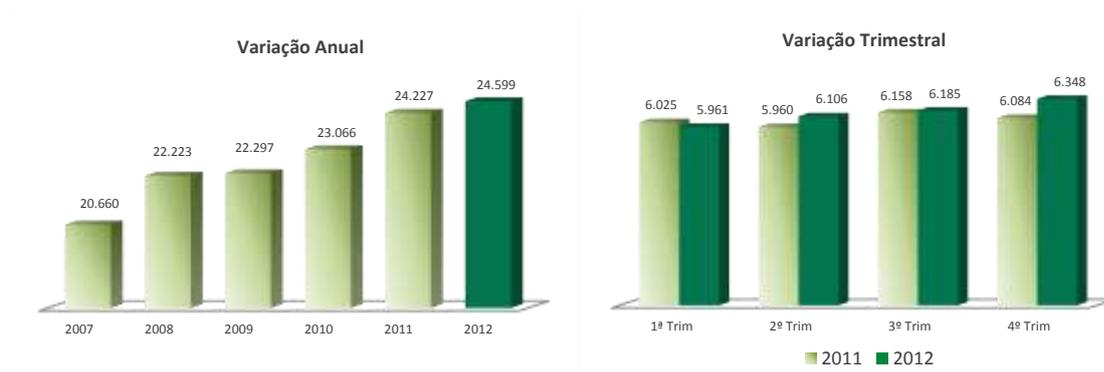
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

Os principais impactos na receita de 2012 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 1,54% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

■ Residencial

O consumo residencial representa 36,06% da energia vendida em 2012 e o crescimento de 3,78% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira; à manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associados à expansão da oferta de crédito e recursos sociais transferidos pelo governo federal bem como o aumento real do salário mínimo.

O consumo médio mensal por unidade residencial em 2012 foi de 124,2 kWh, com elevação de 1,8% em relação ao ano anterior.

■ Industrial

A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 16,97% do volume vendido em 2012, teve uma redução de 11,54% em relação a 2011. Os principais fatores que explicam essa redução

são uma menor demanda de exportação associada ao aumento da importação; redução de investimentos no próprio setor além do comportamento da produção física mineira no decorrer do ano.

■ **Comercial e de Serviços**

Esta classe representou 22,11% da energia vendida e cresceu 4,97% no ano de 2012, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2012: Comércio Varejista, Alojamento e alimentação (44,3%), Comércio Atacadista (6,3%), Serviços de Saúde (6,1%), Serviços de Comunicação (5,1%), Serviços de Instituições Financeiras e Seguradoras de Capitalização (5,6%) e Serviços Auxiliares Diversos (5,1%).

■ **Rural**

Esta classe representou 11,61% da energia vendida e cresceu 8,52% em 2012, com a ligação de propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano.

■ **Demais Classes**

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 13,25% da energia vendida, cresceram em conjunto 3,48% no ano de 2012.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.785 milhões em 2012 comparados a R\$4.557 milhões em 2011. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$409 milhões no exercício de 2012 comparados a R\$569 milhões no exercício de 2011, representando uma redução de 28,12%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$451 milhões no exercício de 2012 comparados a R\$392 milhões no exercício de 2011, o que representa um aumento de 15,05%. A CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Reserva Global de Reversão (RGR)

Os encargos referentes a RGR foram de R\$88 milhões, no exercício de 2012, comparados a R\$65 milhões, no exercício de 2011, representando um aumento de 35,38%. A RGR é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio da ANEEL.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$9.007 milhões em 2012 comparados a R\$7.281 milhões em 2011, representando um aumento de 23,71%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento nos custos com Energia Comprada para Revenda.

Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis.

Principais variações:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.180 milhões em 2012 comparados a 2.936 milhões em 2011, representando um aumento de 42,37%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 141,49% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foi de R\$681 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$282 milhões do mesmo período de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), nos submercados sudeste e centro-oeste, que passou de R\$29,42 por MWh no exercício de 2011 para R\$166,69 por MWh no mesmo período de 2012, decorrente do despacho, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), de volumes significativos de usinas térmicas a título de segurança energética;
- aumento de 42,92% nas compras de energia no ambiente regulado, que foi de R\$2.441 milhões em 2012, comparados a R\$1.708 milhões em 2011. Este aumento decorre, substancialmente, dá ligação das usinas térmicas em 2012, com um custo mais elevado, e a transferência desse aumento no custo para as distribuidoras;
- aumento de 16,29% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$885 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$761 milhões no mesmo período de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no exercício de 2012, comparada a uma valorização no mesmo período de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no exercício de 2012 foi de R\$1,974, em comparação a R\$1,676 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 17,78%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$794 milhões em 2012 comparados a R\$672 milhões em 2011, representando um aumento de 18,15%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$830 milhões em 2012 comparados a R\$767 milhões em 2011, representando um aumento de 8,21%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial ocorrido em novembro de 2012, com reajuste médio de 4,5%, parcialmente compensado pela redução do número de empregados médios, que foi de 6.516 em 2012 e 6.712 em 2011, uma redução de 2,92%. Adicionalmente, houve um aumento nas despesas com o Programa Prêmio de Desligamento (PPD) em função de novas adesões no período.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$269 milhões em 2012 comparados a R\$161 milhões em 2011, um aumento de 67,08%. Os principais fatores que afetam esta rubrica estão relacionados a seguir:

- Provisão de R\$159 milhões para Crédito de Liquidação Duvidosa em 2012 referentes à perda relativa ao contas a receber relacionado a discussão judicial do ICMS sobre Encargos de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Em 2011, ocorreu o incremento de R\$45 milhões nas provisões relativas às Relações de Consumo, em função das reavaliações realizadas pela área jurídica acerca das probabilidades de perdas;
- Reversão de R\$8 milhões em 2012, de termo de notificação da ANEEL, referente à não conformidade dos indicadores de continuidade na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, adicionados no quarto trimestre de 2011 no montante de R\$12 milhões;

Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$1.228 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$1.175 milhões do mesmo período de 2011, um aumento de 4,51%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$307 milhões em 2012, comparadas a R\$205 milhões em 2011, o que representou um aumento de 49,76%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 490% do Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens, que foram de R\$118 milhões em 2012 comparados a R\$20 milhões em 2011, em função da realização do inventário físico para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2012 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$285 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$216 milhões em 2011, um aumento de 31,94%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 42,47% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$42 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$73 milhões do mesmo período de 2011, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012;
- aumento de 25,83% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$151 milhões no exercício de 2012 em comparação a R\$120 milhões do mesmo período de 2011, em decorrência, entre outros fatores, da implementação, em 2012, de cobrança através de correio eletrônico e mensagem para telefone móvel, *Short Message Service* (SMS), somada à intensificação de ações já existentes, como, por exemplo, a carta cobrança e a cobrança administrativa;
- aumento de 12,33% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, que foram de R\$337 milhões no exercício de 2012 em comparação a R\$300 milhões do mesmo período de 2011, devido às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011, somada ao aumento de 8,37% do CDI;
- redução de 94,44% nas receitas com variações monetárias, que foram de R\$3 milhões no exercício de 2012, em comparação a R\$54 milhões no mesmo período de 2011, decorrente das liquidações, em 2011, de parcelamentos de dívidas de faturas de energia. Esta redução foi, parcialmente, compensada pelo aumento de 135% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$47 milhões no exercício de 2012, em comparação a R\$20 milhões do mesmo período de 2011, decorrente de acordo relativo a contrato de compartilhamento de infraestrutura;

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2012 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$20 milhões em relação ao lucro de R\$212 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 9,43%. Em 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$293 milhões em relação ao lucro de R\$1.013 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,96%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Contábeis.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2012 apresentou uma redução de 44,89% na comparação com 2011.

LAJIDA - R\$ mil	2012	2011	Var %
Resultado do Exercício	191	720	(73,47)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	20	294	(93,20)
+ Resultado Financeiro	285	216	31,94
+ Amortização	393	384	2,34
= LAJIDA	889	1.613	(44,89)

A redução do LAJIDA em 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 24,89% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação ao aumento de 11,68% na Receita Operacional Líquida. Consequentemente, a margem do LAJIDA reduziu de 18,95% em 2011 para 9,35% em 2012.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS PERÍODOS DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 (EM MILHARES DE REAIS)

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

	Período de nove meses findo em 30/09/2012	AV %	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AV %	AH %
RECEITA	6.981.507	100,00	6.123.877	100,00	14,00
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.800.406)	(40,11)	(2.230.438)	(36,42)	25,55
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(594.585)	(8,52)	(497.579)	(8,13)	19,50
	<u>(3.394.991)</u>	<u>(48,63)</u>	<u>(2.728.017)</u>	<u>(44,55)</u>	<u>24,45</u>
CUSTOS					
Pessoal e Administradores	(454.918)	(6,52)	(466.902)	(7,62)	(2,57)
Materiais	(25.117)	(0,36)	(31.076)	(0,51)	(19,18)
Serviços de Terceiros	(367.514)	(5,26)	(372.559)	(6,08)	(1,35)
Amortização	(249.800)	(3,58)	(254.723)	(4,16)	(1,93)
Provisões Operacionais	(13.767)	(0,20)	(70.792)	(1,16)	(80,55)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(980.799)	(14,05)	(739.349)	(12,07)	32,66
Outras	(49.432)	(0,71)	(29.512)	(0,48)	67,50
	<u>(2.141.347)</u>	<u>(30,67)</u>	<u>(1.964.913)</u>	<u>(32,08)</u>	<u>8,98</u>
CUSTO TOTAL	(5.536.338)	(79,30)	(4.692.930)	(76,63)	17,97
LUCRO BRUTO	1.445.169	20,70	1.430.947	23,37	0,99
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	(52.617)	(0,75)	(41.330)	(0,67)	27,31
Despesas Gerais e Administrativas	(340.140)	(4,87)	(317.886)	(5,19)	7,00
Outras Despesas Operacionais	(229.331)	(3,28)	(142.577)	(2,33)	60,85
	<u>(622.088)</u>	<u>(8,91)</u>	<u>(501.793)</u>	<u>(8,19)</u>	<u>23,97</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	823.081	11,79	929.154	15,17	(11,42)
Receitas Financeiras	227.381	3,26	216.034	3,53	5,25
Despesas Financeiras	(433.250)	(6,21)	(386.414)	(6,31)	12,12
Resultado antes dos Impostos	617.212	8,84	758.774	12,39	(18,66)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(372.797)	(5,34)	(244.753)	(4,00)	52,32
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	164.896	2,36	20.195	0,33	716,52
RESULTADO DO PERÍODO	409.311	5,86	534.216	8,72	(23,38)
Lucro Líquido Básico Diluído por Ação Ordinária	0,1810	-	0,2362	-	(23,37)

Lucro do Período

A Companhia apresentou no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 um lucro líquido de R\$409.311, representando uma redução de 23,38% em comparação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, quando a Companhia apresentou lucro líquido de R\$534.216. Os Diretores da Companhia entendem que este resultado se deve, principalmente, ao aumento de 17,97% no Custo Total, que foram, parcialmente, compensados pelo aumento de 14,00% na Receita Líquida.

Receita

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Período de nove meses findo em	AV %	Período de nove meses findo em	AV %	AH %
--	--------------------------------	------	--------------------------------	------	------

	30/09/2012		30/09/2011		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	7.979.376	114,29	7.261.473	118,58	9,89
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.396.221	20,00	1.351.554	22,07	3,30
Transações com Energia na CCEE	-	0,00	19.646	0,32	(100,00)
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	980.799	14,05	739.349	12,07	32,66
Outras Receitas Operacionais	205.100	2,94	135.702	2,22	51,14
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(3.579.989)	(51,28)	(3.383.847)	(55,26)	5,80
	6.981.507	100,00	6.123.877	100,00	14,00

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede) – Consumidores Cativos

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$7.979.376 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 em comparação a R\$7.261.473 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 9,89%. Os Diretores da Companhia entendem que os principais impactos na receita com fornecimento de energia elétrica decorreram dos seguintes fatores:

- (i) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012); e
- (ii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012.

	MWh*			R\$		
	Período de nove meses findo em 30/09/2012	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AH%	Período de nove meses findo em 30/09/2012	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AH%
Residencial	6.593.995	6.413.145	2,82	3.624.791	3.155.589	14,87
Industrial	3.137.724	3.556.552	(11,78)	1.177.353	1.226.300	(3,99)
Comércio, Serviços e Outros	4.011.848	3.867.501	3,73	1.822.634	1.652.970	10,26
Rural	2.091.604	1.954.152	7,03	571.872	517.771	10,45
Poder Público	610.726	599.379	1,89	267.072	249.607	7,00
Iluminação Pública	928.484	889.788	4,35	254.887	231.559	10,07
Serviço Público	877.436	862.563	1,72	261.758	245.702	6,53
Subtotal	18.251.817	18.143.080	0,60	7.980.367	7.279.498	9,63
Consumo Próprio	25.337	26.443	(4,18)	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	(991)	(18.025)	(94,50)
Total	18.277.154	18.169.523	0,59	7.979.376	7.261.473	9,89

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

No entendimento dos Diretores da Companhia, a redução de 11,78% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades do setor industrial, que foi compensada pelo aumento nas classes residencial, comércio, serviços e outros e rural, decorrente, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 1,56%, 5,51% e 16,13%, respectivamente. Adicionalmente ao aumento na quantidade de consumidores na classe rural, os Diretores da Companhia destacam que houve um crescimento expressivo da demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro a maio.

Outras Receitas Operacionais

A conta de Outras Receitas Operacionais refere-se aos serviços taxados, ao compartilhamento de infraestrutura, à subvenção de consumidores inscritos como baixa renda e os demais serviços prestados em função do serviço concedido, tendo apresentado um aumento de 51,14% nos períodos comparados (R\$205.100, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, em comparação a R\$135.702 no mesmo período de 2011). Os Diretores da Companhia entendem que esta variação decorre, principalmente, dos novos critérios definidos pela ANEEL para a subvenção aos consumidores de baixa renda, por meio da Resolução 472, de janeiro de 2012, que estabeleceu a metodologia para a apuração da diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras para custear esta diferença, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia elétrica.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Período de nove meses findo em 30/09/2012	AV %	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AV %	AH %
Impostos sobre a Receita					
ICMS	1.901.744	53,12	1.746.925	51,63	8,86
PIS-PASEP	153.989	4,30	145.364	4,30	5,93
COFINS	709.281	19,81	669.554	19,79	5,93
ISSQN	253	0,01	433	0,01	(41,57)
	2.765.267	77,24	2.562.276	75,72	7,92
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão - RGR	78.974	2,21	45.426	1,34	73,85
Programa de Eficiência Energética - PEE	17.138	0,48	25.177	0,74	(31,93)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	338.127	9,44	294.071	8,69	14,98
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	331.772	9,27	416.603	12,31	(20,36)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.178	0,34	10.071	0,30	20,92
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	12.178	0,34	10.071	0,30	20,92
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	6.089	0,17	5.035	0,15	20,93
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	18.266	0,51	15.117	0,45	20,83
	814.722	22,76	821.571	24,28	(0,83)
	3.579.989	100,00	3.383.847	100,00	5,80

A conta de impostos e encargos sobre a receita no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 foi de R\$3.579.989, comparada a R\$3.383.847, no mesmo período de 2011, representando um aumento de 5,80%. As principais variações nas deduções à receita estão relacionadas a seguir. Os encargos do consumidor representam custos não controláveis, sendo que diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos referentes à CCC foram de R\$331.772, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparados a R\$416.603, no mesmo período de 2011, representando uma redução de 20,36%. Tais encargos referem-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Na opinião dos Diretores da Companhia, este resultado decorre, principalmente, da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R\$338.127, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparados a R\$294.071, no mesmo período de 2011, representando um aumento de 14,98%. A CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, sendo os pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Reserva Global de Reversão – RGR

Os encargos referentes à RGR foram de R\$78.974, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparados a R\$45.426, no mesmo período de 2011, representando um aumento de 73,85%. A RGR é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL e foram impactados pelas adições ocorridas nos ativos intangíveis da Companhia.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais

A Companhia apresentou, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, Custos e Despesas Operacionais de R\$6.158.426, representando um aumento de 18,55% em comparação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, quando a Companhia apresentou custos operacionais de R\$5.194.723. As principais variações estão descritas a seguir:

	Período de nove meses findo em 30/09/2012	AV %	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AV %	AH %
Pessoal	569.822	9,25	542.052	10,43	5,12
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	117.521	1,91	51.992	1,00	126,04
Obrigações Pós-Emprego	70.416	1,14	65.498	1,26	7,51
Materiais	34.954	0,57	43.840	0,84	(20,27)
Serviços de Terceiros	499.535	8,11	486.275	9,36	2,73
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.800.406	45,47	2.230.438	42,94	25,55
Amortização	278.209	4,52	284.224	5,47	(2,12)
Provisões Operacionais	66.384	1,08	113.208	2,18	(41,36)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	594.585	9,65	497.579	9,58	19,50
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	980.799	15,93	739.349	14,23	32,66
Outras Despesas Líquidas	145.795	2,37	140.268	2,70	3,94
	6.158.426	100,00	5.194.723	100,00	18,55

Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Período de nove meses findo em 30/09/2012	AV %	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AV %	AH %
Energia de Itaipu Binacional	648.355	23,15	556.345	24,94	16,54
Energia de Curto Prazo	528.890	18,89	240.534	10,78	119,88
Contatos Bilaterais	213.526	7,62	202.794	9,09	5,29
Energia adquirida em Leilão	1.500.476	53,58	1.303.891	58,46	15,08
PROINFA	169.110	6,04	130.290	5,84	29,80
Créditos de PASEP/COFINS	(259.951)	(9,28)	(203.416)	(9,12)	27,79
	2.800.406	100,00	2.230.438	100,00	25,55

A Companhia apresentou, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, custo com energia elétrica de R\$2.800.406, representando um aumento de 25,55% em comparação ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, quando a Companhia apresentou custo com energia elétrica de R\$2.230.438. Na opinião dos Diretores da Companhia, este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- (i) aumento de 119,88% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foram de R\$528.890 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$240.534 do mesmo período de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados, que passou de R\$24,96 por MWh no período de janeiro a setembro de 2011 para R\$116,42 por MWh no mesmo período de 2012;
- (ii) aumento de 15,08% no volume de energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo; e
- (iii) aumento de 16,54% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$648.355 no período nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$556.345 no mesmo período de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no período de janeiro a setembro de 2012, comparada a uma valorização no mesmo período de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no período de janeiro a setembro de 2012 foi de R\$1,955, em comparação a R\$1,646 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 18,77%.

Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$594.585 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$497.579 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 19,50%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica em face da utilização das instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$980.799, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$739.349 no mesmo período de 2011, um aumento de 32,66%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$569.822 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 comparado a R\$542.052 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 5,12%. No entendimento dos Diretores da Companhia, este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$117.521 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$51.992 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 126,04%. A expressiva variação entre os dois períodos deve-se ao reconhecimento, em 2012, da participação já acordada com as entidades sindicais para o exercício, sendo que em 2011 a maior parcela somente foi provisionada no quarto trimestre do ano, considerando que o acordo foi concluído em dezembro de 2011.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$66.384 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$113.208 no mesmo período de 2011, representando uma redução de 41,36%, decorrente, principalmente, da reversão de R\$7.945, em 2012, de termo de notificação da ANEEL, referente à não conformidade dos indicadores de continuidade na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, registrado no terceiro trimestre de 2011 no montante de R\$17.539, parte deste montante já havia sido retificada pelo órgão regulador no quarto trimestre de 2011, somada à reavaliação, pela Companhia, da expectativa de perda nas suas contingências cíveis, o que implicou em uma provisão adicional de R\$27.197 no terceiro trimestre de 2011.

Resultado Financeiro Líquido

	Período de nove meses findo em 30/09/2012	AV %	Período de nove meses findo em 30/09/2011	AV %	AH %
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	32.912	(15,99)	52.101	(30,58)	(36,83)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	111.115	(53,97)	84.472	(49,58)	31,54
Variações Cambiais	14.546	(7,07)	7.954	(4,67)	82,88

Ganhos Líquidos com Instrumentos Financeiros	20.317	(9,87)	15.762	(9,25)	28,90
Variações Monetárias	712	(0,35)	39.539	(23,21)	(98,20)
Multas Contratuais	39.255	(19,07)	12.614	(7,40)	211,20
Outras	8.524	(4,14)	3.592	(2,11)	137,31
	227.381	(110,45)	216.034	(126,80)	5,25
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(253.009)	122,90	(216.677)	127,17	16,77
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(48.623)	23,62	(58.756)	34,49	(17,25)
Variações Cambiais	(28.479)	13,83	(16.376)	9,61	73,91
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(43.041)	20,91	(36.705)	21,54	17,26
Variação Monetária P&D e PEE	(13.189)	6,41	(19.369)	11,37	(31,91)
Variações Monetárias – Outras	(8.494)	4,13	(2.939)	1,72	189,01
Outras	(38.415)	18,66	(35.592)	20,89	7,93
	(433.250)	210,45	(386.414)	226,80	12,12
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(205.869)	100,00	(170.380)	100,00	20,83

O Resultado Financeiro Líquido no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$205.869, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$170.380 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 20,83%. Os Diretores da Companhia relacionam abaixo os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas:

- (i) aumento de 31,54% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$111.115 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 em comparação a R\$84.472 do mesmo período de 2011, em decorrência, entre outros fatores, da implementação, em 2012, de cobrança através de correio eletrônico e mensagem para telefone móvel (SMS – Short Message Service), somada à intensificação de ações já existentes, como, por exemplo, a carta cobrança e a cobrança administrativa;
- (ii) aumento de 16,77% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, que foram de R\$253.009 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012 em comparação a R\$216.677 do mesmo período de 2011, devido às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011;
- (iii) redução de 36,83% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$32.912 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, comparado a R\$52.101 no mesmo período de 2011, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012;
- (iv) redução de 98,20% nas receitas com variações monetárias, que foram de R\$712 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, em comparação a R\$39.539 no mesmo período de 2011, decorrente da liquidação, em 2011, de parcelamentos de dívidas de faturas de energia. Esta redução foi, parcialmente, compensada pelo aumento de 211,20% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$39.255 no período de janeiro a setembro de 2012, em comparação a R\$12.614 do mesmo período de 2011, decorrente de acordo relativo a contrato de compartilhamento de infraestrutura (aluguel de postes); e
- (v) ganhos líquidos com variações cambiais, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, no montante de R\$6.384, líquidos dos efeitos compensatórios referentes aos Instrumentos Financeiros, comparados aos ganhos líquidos de R\$7.340, no mesmo período de 2011, originados de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira e Compra de Energia proveniente de Itaipu, indexada ao Dólar. Este resultado decorre, principalmente, da valorização acumulada de 8,25% do Dólar em 2012, frente a uma valorização de 11,30% no mesmo período de 2011.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$207.901 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$617.212, representando um percentual de 33,68%. No mesmo período de 2011, a

Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$224.558 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$758.774, representando um percentual de 29,59%.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (EM MILHARES DE REAIS)

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
RECEITA	8.510.128	100,00	7.713.003	100,00	10,33
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.936.029)	(34,50)	(2.925.045)	(37,92)	0,38
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(671.651)	(7,89)	(615.584)	(7,98)	9,11
	<u>(3.607.680)</u>	<u>(42,39)</u>	<u>(3.540.629)</u>	<u>(45,90)</u>	<u>1,89</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(644.169)	(7,57)	(645.716)	(8,37)	(0,24)
Materiais	(46.344)	(0,54)	(93.046)	(1,21)	(50,19)
Serviços de Terceiros	(524.207)	(6,16)	(563.017)	(7,30)	(6,89)
Amortização	(346.458)	(4,07)	(350.464)	(4,54)	(1,14)
Provisões Operacionais	(65.170)	(0,77)	(30.106)	(0,39)	116,47
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.175.319)	(13,81)	(785.881)	(10,19)	49,55
Outras	(119.388)	(1,40)	(114.744)	(1,49)	4,05
	<u>(2.921.055)</u>	<u>(34,32)</u>	<u>(2.582.974)</u>	<u>(33,49)</u>	<u>13,09</u>
CUSTO TOTAL	(6.528.735)	(76,72)	(6.123.603)	(79,39)	6,62
LUCRO BRUTO	1.981.393	23,28	1.589.400	20,61	24,66
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	(85.872)	(1,01)	(225.157)	(2,92)	(61,86)
Despesas Gerais e Administrativas	(398.385)	(4,68)	(251.696)	(3,26)	58,28
Outras Despesas Operacionais	(267.550)	(3,14)	(313.090)	(4,06)	(14,55)
	<u>(751.807)</u>	<u>(8,83)</u>	<u>(789.943)</u>	<u>(10,24)</u>	<u>(4,83)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	1.229.586	14,45	799.457	10,37	53,80
Receitas Financeiras	310.349	3,65	293.213	3,80	5,84
Despesas Financeiras	(526.462)	(6,19)	(517.508)	(6,71)	1,73
Resultado Antes dos Impostos	1.013.473	11,91	575.162	7,46	76,21
Imposto de Renda e Contribuição Social	(354.647)	(4,17)	(188.518)	(2,44)	88,12
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	61.145	0,72	54.358	0,70	12,49
RESULTADO DO EXERCÍCIO	719.971	8,46	441.002	5,72	63,26

Lucro do Período

A Companhia apresentou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 um lucro líquido de R\$719.971, representando um aumento de 63,26% em comparação ao mesmo período de 2010, quando a Companhia apresentou lucro líquido de R\$441.002. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 10,33% na Receita Líquida, compensado parcialmente pelo aumento de 5,31% nos Custos e Despesas Operacionais.

Receita

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede –					
Consumidores Cativos	9.910.245	116,45	9.217.639	119,51	7,51
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.821.171	21,40	1.640.489	21,27	11,01
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.175.319	13,81	785.881	10,19	49,55
Outras Receitas Operacionais	160.673	1,89	216.527	2,81	(25,80)
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(4.557.280)	(53,55)	(4.147.533)	(53,77)	9,88
	8.510.128	100,00	7.713.003	100,00	10,33

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede) – Consumidores Cativos

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$9.910.245 em 31 de dezembro de 2011, em comparação a R\$9.217.639 no mesmo período de 2010, representando um aumento de 7,51%. Os Diretores da Companhia entendem que os principais impactos na receita decorreram dos seguintes fatores:

- (i) aumento de 5,03% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- (ii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010 (efeito integral em 2011); e
- (iii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011.

	MWh*			R\$		
	2011	2010	AH %	2011	2010	AH %
Residencial	8.548.212	8.134.143	5,09	4.303.276	3.958.883	8,70
Industrial	4.718.812	4.757.191	(0,81)	1.647.790	1.684.748	(2,19)
Comércio, Serviços e Outros	5.180.848	4.775.770	8,48	2.239.724	2.114.226	5,94
Rural	2.632.721	2.455.112	7,23	703.599	628.997	11,86
Poder Público	801.574	762.207	5,16	336.394	325.667	3,29
Iluminação Pública	1.195.078	1.067.876	11,91	314.147	276.944	13,43
Serviço Público	1.150.202	1.113.789	3,27	331.235	323.699	2,33
Subtotal	24.227.447	23.066.088	5,03	9.876.165	9.313.164	6,05
Consumo Próprio	34.932	35.505	(1,61)	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	9.469	(101.423)	-
	24.262.379	23.101.593	5,02	9.885.634	9.211.741	7,32
Transações com Energia na CCEE (**)	654.867	1.935.630	(66,17)	24.611	5.898	317,28
Total	24.917.246	25.037.223	(0,48)	9.910.245	9.217.639	7,51

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

(**) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

(i) Consumo Residencial

No entendimento dos Diretores da Companhia, o consumo residencial representa 35,3% da energia vendida em 2011 e o crescimento de 5,09% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira, com a manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associados à expansão da oferta de crédito. O consumo médio mensal por unidade residencial em 2011 foi de 122 kWh, com elevação de 2,6% em relação ao ano anterior.

(ii) Consumo Industrial

No entendimento dos Diretores da Companhia, a energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 19,5% do volume vendido em 2011, teve uma redução de 0,81% em relação a 2010. O principal fator que explica essa redução é a migração de consumidores cativos para a condição de livres em 2011.

(iii) Comercial e Serviços

No entendimento dos Diretores da Companhia, esta classe representou 21,4% da energia vendida e cresceu 8,48% no ano de 2011, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos. Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2011: Comércio Varejista (10,5%), Comércio Atacadista (11,3%), Serviços de Comunicação (4,8%), Serviços de Alojamento e Alimentação (4,4%) e Serviços de Saúde (3,8%).

(iv) Rural

No entendimento dos Diretores da Companhia, o consumo rural cresceu 7,23% em 2011, com a ligação de 120.881 propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com baixos níveis de precipitação no período úmido e temperaturas acima da média esperada para o período seco.

(v) Demais Classes

No entendimento dos Diretores da Companhia, as demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 13,0% da energia vendida, cresceram em conjunto 6,8% no ano de 2011.

Receita de Uso da Rede

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente, pela Cemig GT. Essa receita apresentou um aumento de 11,01% (R\$1.821.171 em 2011 comparados a R\$1.640.489 em 2010). Esta variação decorre, principalmente, do aumento no volume transportado. Não ocorreu variação significativa na tarifa entre os períodos comparados, ocorrendo uma redução média de 0,09% na tarifa em abril de 2011.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.557.280 em 2011 comparados a R\$4.147.533 em 2010. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
Impostos sobre a Receita					
ICMS	2.358.568	51,75	2.184.006	52,66	7,99
PIS-PASEP	195.434	4,29	197.310	4,76	(0,95)
COFINS	900.185	19,75	821.093	19,80	9,63
ISSQN	518	0,01	494	0,01	4,86
	3.454.705	75,81	3.202.903	77,22	7,86
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão - RGR	64.687	1,42	66.179	1,60	(2,25)
Programa de Eficiência Energética - PEE	34.213	0,75	37.151	0,90	(7,91)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	392.095	8,60	340.620	8,21	15,11
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	569.263	12,49	435.288	10,50	30,78
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.855	0,22	14.850	0,36	(33,64)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	9.593	0,21	14.850	0,36	(35,40)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.797	0,11	7.425	0,18	(35,39)
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	18.072	0,40	28.267	0,68	(36,07)
	1.102.575	24,19	944.630	22,78	16,72
	4.557.280	100,00	4.147.533	100,00	9,88

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$569.263 no exercício de 2011 comparados a R\$435.288 no exercício de 2010, representando um aumento de 30,78%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$392.095 no exercício de 2011 comparados a R\$340.620 no exercício de 2010, o que representa um aumento de 15,11%. A CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre da atualização da quota do exercício anterior em função do crescimento de mercado e da variação do IPCA no período base. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$7.280.542 em 2011 comparados a R\$6.913.546 em 2010, representando um aumento de 5,31%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos Custos de Construção, Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão e dos Serviços Prestados por Terceiros, parcialmente compensados pelas reduções nas Participações de Empregados e Administradores no Resultado, nas aquisições de Materiais e nas constituições de Provisões Operacionais. As principais variações estão descritas a seguir:

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
Pessoal	766.720	10,53	759.155	10,98	1,00
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	148.298	2,04	236.031	3,41	(37,17)
Obrigações Pós-Emprego	87.331	1,20	78.524	1,14	11,22
Materiais	64.431	0,88	98.929	1,43	(34,87)
Serviços de Terceiros	680.887	9,35	641.620	9,28	6,12
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.936.029	40,33	2.925.045	42,31	0,38
Amortização	383.714	5,27	377.534	5,46	1,64
Provisões Operacionais	161.437	2,22	208.821	3,02	(22,69)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	671.651	9,23	615.584	8,90	9,11
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.175.319	16,14	785.881	11,37	49,55
Outras Despesas Líquidas	204.725	2,81	186.422	2,70	9,82
	7.280.542	100,00	6.913.546	100,00	5,31

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$766.720 em 2011 comparados a R\$759.155 em 2010, representando uma redução de 1,00%. Este resultado decorre, principalmente, dos reajustes salariais ocorridos em novembro de 2010 e novembro de 2011, com impactos médios de 7% e 8,20% respectivamente. Em contrapartida ocorreu uma redução do número de empregados médios, que foi de 6.712 em 2011 e 7.105 em 2010, uma redução de 5,53%.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção foram de R\$1.175.319 em 2011 comparados a R\$785.881 em 2010, representando um aumento de 49,55%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$671.651 em 2011 comparados a R\$615.584 em 2010, representando um aumento de 9,11%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.936.029 em 2011 comparados a R\$2.925.045 em 2010, representando um aumento de 0,38%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$680.887 em 2011 comparados a R\$641.620 em 2010, representando um aumento de 6,12%. As principais variações decorrem do aumento nos custos de serviços de comunicação, conservação e limpeza de faixa, leitura de medidores e entrega de faturas de energia e podas de árvores, decorrente basicamente da atualização monetária dos contratos já existentes.

Materiais

A despesa com Materiais foi de R\$64.431 em 2011 comparados a R\$98.929 em 2010, representando uma redução de 34,87% em função da otimização da utilização dos materiais pela Companhia.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$161.437 em 2011 comparados a R\$208.821 em 2010, uma redução de 22,69%. Os principais fatores que afetam esta rubrica estão abaixo relacionados:

- (i) celebração em 2010 de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$178 milhões, provisionado em maio de 2010;
- (ii) reversão de provisão em 2010 referente processo administrativo regulatório, no valor de R\$54 milhões, em função da baixa do processo pelo órgão regulador, que entendeu que a metodologia para cálculo das unidades consumidoras classificadas na subclasse residencial baixa renda precisava ser adaptada;
- (iii) em 2011 ocorreu o incremento de R\$45 milhões nas provisões relativas às Relações de Consumo, em função das reavaliações realizadas pela área jurídica acerca das probabilidades de perdas; e
- (iv) aumento de R\$38 milhões na constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD em 2011, em função, principalmente, das reavaliações acerca dos parcelamentos realizados para recuperação das dívidas de diversos consumidores.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$148.298 em 2011 comparados a R\$236.031 em 2010, representando uma redução de 37,17%. Deve ser ressaltado que os valores registrados em 2010 estavam a maior em R\$39 milhões relativo à Participação Extraordinária no Resultado que foi prevista no Acordo Coletivo de Trabalho firmado em novembro de 2009.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$204.725 em 2011 comparadas a R\$186.422 em 2010, o que representou um aumento de 9,82%. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento de 75,00% das despesas com Arrendamentos e Aluguéis, que foram de R\$63 milhões em 2011 comparados a R\$36 milhões em 2010, em função, principalmente, do aumento da frota de veículos alugados e da alteração no perfil da frota, sendo que em 2010 era composta por veículos de menor porte, e em 2011 foram firmados novos contratos de locação de veículos de maior porte, a um custo unitário maior.

Resultado Financeiro Líquido

	2011	AV %	2010	AV %	AH %
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	73.186	(33,86)	53.143	(23,69)	37,72
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	119.916	(55,49)	114.259	(50,94)	4,95
Variações Cambiais	20.140	(9,32)	49.214	(21,94)	(59,08)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	14.702	(6,80)	-	-	-
Outras	82.405	(38,13)	76.597	(34,15)	7,58
	310.349	(143,60)	293.213	(130,73)	5,84
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(299.777)	138,71	(260.229)	116,02	15,20
Encargos de Variação Monetária - Forluz	(76.922)	35,59	(73.107)	32,59	5,22
Variações Cambiais	(26.502)	12,26	(36.083)	16,09	(26,55)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(47.690)	22,07	(60.251)	26,86	(20,85)
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	-	(5.216)	2,33	-
Variação Monetária de P&D e PEE	(25.055)	11,59	(23.462)	10,46	6,79
Outras	(50.516)	23,37	(59.160)	26,38	(14,61)
	(526.462)	243,60	(517.508)	230,73	1,73
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(216.113)	100,00	(224.295)	100,00	(3,65)

O Resultado Financeiro Líquido em 2011 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$216.113 comparados a uma Despesa Financeira Líquida de R\$224.295 em 2010. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro são como segue:

(i) aumento na receita de Aplicações Financeiras, R\$73.186 em 2011, comparados a R\$53.143 em 2010, em função do maior volume de recursos aplicados em 2011;

(ii) redução na despesa com Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, R\$47.690 em 2011, comparados a R\$60.251 em 2010. Esta redução decorre principalmente da menor variação do IGP-M, um dos principais indexadores da dívida, que foi de 5,10% em 2011, comparado a um aumento de 11,32% em 2010;

(iii) aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, que foi de R\$299.777 em 2011, comparados a R\$260.229 em 2010, devido, principalmente, à maior variação do CDI em 2011, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos; e

(iv) as demais variações decorreram do aumento nas outras receitas financeiras de 7,58%, somado à redução nas outras despesas financeiras de 14,61%, sem relevância individualmente.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$293.502 em relação ao lucro de R\$1.013.473 antes dos efeitos fiscais, representando um

percentual de 28,96%. Em 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$134.160 em relação ao lucro de R\$575.162, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,33%.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
RECEITA	7.713.003	100,00	6.694.107	100,00	15,22
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.925.045)	(37,92)	(2.483.311)	(37,10)	17,79
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(615.584)	(7,98)	(552.649)	(8,26)	11,39
	(3.540.629)	(45,90)	(3.035.960)	(45,35)	16,62
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(645.716)	(8,37)	(644.159)	(9,62)	0,24
Materiais	(93.046)	(1,21)	(75.423)	(1,13)	23,37
Serviços de Terceiros	(563.017)	(7,30)	(457.508)	(6,83)	23,06
Amortização	(350.464)	(4,54)	(352.022)	(5,26)	(0,44)
Provisões Operacionais	(30.106)	(0,39)	(43.043)	(0,64)	(30,06)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(785.881)	(10,19)	-	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-	-	(162.566)	(2,43)	(100,00)
Outras	(114.744)	(1,49)	(71.446)	(1,07)	60,60
	(2.582.974)	(33,49)	(1.806.167)	(26,98)	43,01
CUSTO TOTAL	(6.123.603)	(79,39)	(4.842.127)	(72,33)	26,47
LUCRO BRUTO	1.589.400	20,61	1.851.980	27,67	(14,18)
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com Vendas	(225.157)	(2,92)	(97.915)	(1,46)	129,95
Despesas Gerais e Administrativas	(251.696)	(3,26)	(344.777)	(5,15)	(27,00)
Outras Despesas Operacionais	(313.090)	(4,06)	(129.599)	(1,94)	141,58
	(789.943)	(10,24)	(572.291)	(8,55)	38,03
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	799.457	10,37	1.279.689	19,12	(37,53)
Receitas Financeiras	293.213	3,80	369.267	5,52	(20,60)
Despesas Financeiras	(517.508)	(6,71)	(456.185)	(6,81)	13,44
Resultado Antes dos Impostos	575.162	7,46	1.192.771	17,82	(51,78)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(188.518)	(2,44)	(154.280)	(2,30)	22,19
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.358	0,70	(262.277)	(3,92)	(120,73)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	441.002	5,72	776.214	11,60	(43,19)

Lucro do Período

A Companhia apresentou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 um lucro líquido de R\$441.002, representando uma redução de 43,19% em comparação ao mesmo período de 2009, quando a Companhia apresentou lucro líquido de R\$776.214. Na opinião dos Diretores da Companhia, este resultado deve-se principalmente ao aumento de 13,17% nos Custos e Despesas Operacionais com impacto principal dos Custos com Energia Comprada para Revenda que aumentou em 17,79% e das despesas com Provisões Operacionais que aumentou em 218,31%.

Receita

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	9.217.639	119,51	9.223.397	137,78	(0,06)
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.640.489	21,27	1.195.506	17,86	37,22
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	785.881	10,19	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	216.527	2,81	85.443	1,28	153,42
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(4.147.533)	(53,77)	(3.810.239)	(56,92)	8,85
	7.713.003	100,00	6.694.107	100,00	15,22

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

Na opinião dos Diretores da Companhia, os principais impactos na receita de 2010 decorreram dos seguintes fatores:

- (i) aumento de 3,45% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- (ii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral em 2010); e
- (iii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010.

	MWh*			R\$		
	2010	2009	AH %	2010	2009	AH %
Residencial	8.134.143	7.774.466	4,63	3.958.883	3.691.454	7,24
Industrial	4.757.191	4.826.009	(1,43)	1.684.748	1.730.218	(2,63)
Comércio, Serviços e Outros	4.775.770	4.642.166	2,88	2.114.226	2.060.567	2,60
Rural	2.455.112	2.208.247	11,18	628.997	563.757	11,57
Poder Público	762.207	718.070	6,15	325.667	311.481	4,55
Iluminação Pública	1.067.876	1.057.666	0,97	276.944	271.510	2,00
Serviço Público	1.113.789	1.070.536	4,04	323.699	316.867	2,16
Subtotal	23.066.088	22.297.160	3,45	9.313.164	8.945.854	4,11
Consumo Próprio	35.505	34.844	1,90	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda (**)	-	-	-	-	264.734	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	(101.423)	12.333	-
	23.101.593	22.332.004	3,45	9.211.741	9.222.921	(0,12)
Transações com Energia na CCEE (***)	1.935.630	219.494	781,86	5.898	476	1.139,08
Total	25.037.223	22.551.498	11,02	9.217.639	9.223.397	(0,06)

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

(**) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobras, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS. Em 2010, foi reclassificado para Outras Receitas Operacionais para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis;

(***) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

Receita de uso da rede

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente pela Cemig GT. Essa receita apresentou um aumento de 37,22% (R\$1.640.489 em 2010 comparados a R\$1.195.506 em 2009). No entendimento dos Diretores da Companhia, esta variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da migração de consumidores cativos para consumidores livres e também da maior atividade industrial em 2010 em decorrência da recuperação da atividade econômica.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre os valores faturados foram de R\$4.147.533 em 2010 comparados a R\$3.810.239 em 2009. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
Impostos sobre a Receita					
ICMS	2.184.006	52,66	2.078.024	54,54	5,10
PIS-PASEP	197.310	4,76	171.553	4,50	15,01
COFINS	821.093	19,80	790.182	20,74	3,91
ISSQN	494	0,01	383	0,01	28,98
	3.202.903	77,22	3.040.142	79,79	5,35
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão - RGR	66.179	1,60	61.807	1,62	7,07
Programa de Eficiência Energética - PEE	37.151	0,90	34.168	0,90	8,73
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	340.620	8,21	343.895	9,03	(0,95)
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	435.288	10,50	296.072	7,77	47,02
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	14.850	0,36	13.665	0,36	8,67
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	14.850	0,36	12.906	0,34	15,06
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	7.425	0,18	7.584	0,20	(2,10)
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	28.267	0,68	-	-	-
	944.630	22,78	770.097	20,21	22,66
	4.147.533	100,00	3.810.239	100,00	8,85

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$435.288 no exercício de 2010 comparados a R\$296.072 no exercício de 2009, representando um aumento de 47,02%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$340.620 no exercício de 2010 comparados a R\$343.895 no exercício de 2009, o que representa uma redução de 0,95%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$6.913.546 em 2010 comparados a R\$5.414.418 em 2009, representando um aumento de 27,69%. Os Diretores da Companhia destacam que este resultado decorre principalmente dos aumentos nos Custos com Energia Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão. Também contribuiu para o aumento dos Custos e Despesas Operacionais a provisão de R\$177.592, decorrente de acordo com Grande Consumidor Industrial conforme comentado a seguir:

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
Pessoal	759.155	10,98	880.327	16,26	(13,76)
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	236.031	3,41	162.566	3,00	45,19
Obrigações Pós-Emprego	78.524	1,14	91.819	1,70	(14,48)
Materiais	98.929	1,43	81.833	1,51	20,89
Serviços de Terceiros	641.620	9,28	522.940	9,66	22,69
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.925.045	42,31	2.483.311	45,86	17,79
Amortização	377.534	5,46	356.789	6,59	5,81
Provisões Operacionais	208.821	3,02	65.604	1,21	218,31
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	615.584	8,90	552.649	10,21	11,39
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	785.881	11,37	-	-	-
Outras Despesas Líquidas	186.422	2,70	216.580	4,00	(13,92)
	6.913.546	100,00	5.414.418	100,00	27,69

Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
Energia de Itaipu Binacional	788.000	26,94	929.204	37,42	(15,20)
Energia de Curto Prazo	281.319	9,62	73.663	2,97	281,90
Contatos Bilaterais	250.180	8,55	244.231	9,83	2,44
Energia adquirida em Leilão	1.699.796	58,11	1.360.020	54,77	24,98
PROINFA	162.120	5,54	147.738	5,95	9,73
Créditos de PASEP/COFINS	(256.370)	(8,76)	(271.545)	(10,93)	(5,59)
	2.925.045	100,00	2.483.311	100,00	17,79

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.925.045 em 2010 comparados a R\$2.483.311 em 2009, representando um aumento de 17,79%.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão foi de R\$615.584 em 2010 comparados a R\$552.649 em 2009, representando um aumento de 11,39%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$208.821 em 2010 comparados a R\$65.604 em 2009, um aumento de 218,31%. Esta variação decorre principalmente da celebração de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$177.592, provisionado em maio de 2010.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$759.155 em 2010 comparados a R\$880.327 em 2009, representando uma redução de 13,76%. Os Diretores da Companhia destacam que este resultado decorre, substancialmente, da despesa com o Programa de Desligamento Voluntário implementado em 2009, no montante de R\$158 milhões contra R\$15 milhões em 2010 referente complemento da provisão do ano anterior.

Amortização

A despesa com Amortização foi de R\$377.534 em 2010 comparados a R\$356.789 em 2009, representando um aumento de 5,81%. Os Diretores da Companhia destacam que esse resultado decorre do programa de investimentos da Companhia realizado no ano de 2010 com a entrada em operação de novos ativos de distribuição.

Serviços de terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$641.620 em 2010, comparados a R\$522.940 em 2009, representando um aumento de 22,69%, com as principais variações nos gastos com mão de obra contratada e instalações de equipamentos elétricos em função da maior atividade de operação e

manutenção preventiva no ano na comparação com o ano anterior, e também nos gastos com arrecadação e leitura.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção foram apresentados pelo valor líquido nas Demonstrações Contábeis em 2010, foram segregados para permitir a avaliação dos seus montantes e seus respectivos impactos nas Receitas e nos Custos e Despesas Operacionais. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

Apresentada como um item dos Custos Operacionais em 2010, foi reclassificada para Outras Despesas Operacionais em função de se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho específico.

Resultado Financeiro Líquido

	2010	AV %	2009	AV %	AH %
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	53.143	(23,69)	34.528	(39,72)	53,91
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	114.259	(50,94)	148.765	(171,16)	(23,19)
Variações Cambiais	49.214	(21,94)	133.352	(153,42)	(63,09)
Outras	76.597	(34,15)	52.622	(60,54)	45,56
	293.213	(130,73)	369.267	(424,85)	(20,60)
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(260.229)	116,02	(240.785)	277,03	8,08
Encargos de Variação Monetária - Forluz	(73.107)	32,59	(67.001)	77,09	9,11
Variações Cambiais	(36.083)	16,09	(28.404)	32,68	27,03
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(60.251)	26,86	(14.851)	17,09	305,70
Perdas com Instrumentos Financeiros (*)	(5.216)	2,33	(45.325)	52,15	(88,49)
Variação Monetária de P&D e PEE	(23.462)	10,46	(22.409)	25,78	4,70
Outras	(59.160)	26,38	(37.410)	43,04	58,14
	(517.508)	230,73	(456.185)	524,85	13,44
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(224.295)	100,00	(86.918)	100,00	158,05

(*) Os Instrumentos Financeiros foram apresentados pelo seu valor líquido, se ganho ou perda no período.

O Resultado Financeiro Líquido em 2010 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$224.295 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$86.918 em 2009. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- (i) aumento na despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, R\$60.251 em 2010, comparados a R\$14.851 em 2009. Este aumento decorre principalmente da variação do IGP-M, indexador de alguns contratos, que passou de uma variação negativa de 1,71% em 2009 para uma variação positiva de 11,32% em 2010; e
- (ii) aumento de 58,14% em Outras Despesas Financeiras, que foi de R\$59.160 em 2010, contra R\$37.410 em 2009. Este aumento decorre, principalmente, de multas emitidas pelo órgão regulador decorrentes de obrigações regulamentares relativas aos níveis de qualidade dos serviços e do fornecimento de energia elétrica em períodos anteriores.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$134.160 em relação ao lucro de R\$575.162 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,33%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$416.557 em relação ao lucro de R\$1.192.771, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 34,92%.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS DA COMPANHIA

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2012 em comparação a 2011 são como segue:

- Redução de 63,92% no saldo de caixa e disponibilidade de caixa em função do maior dispêndio de recursos com pagamento de compra de energia.
- Aumento de 52,57% no saldo de ativo financeiro não circulante em função dos investimentos realizados pela Companhia em 2012 em ativos da concessão.
- Aumento de 520,61% nos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures no circulante em função principalmente de transferências de longo prazo decorrentes de quebras de cláusulas restritivas dos contratos. Tendo em vista que a expectativa de obtenção dos consentimentos dos credores ocorrerá somente em 2013, a Companhia transferiu os valores para o curto prazo e após a obtenção dos consentimentos, retornará com os saldos para o longo prazo, no exercício de 2013..

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2011 em comparação a 2010 são como segue:

- Aumento de 30,62% no saldo de ativo financeiro não circulante em função dos investimentos realizados pela Companhia em 2011 em ativos da concessão.
- Os demais saldos apresentaram variações em consonância às operações da Companhia, sem destaques a serem mencionados.

10.2 -

a) resultado das operações da Companhia

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta pelos seguintes itens: (i) fornecimento bruto de energia elétrica; (ii) receita de uso da rede – consumidores livres; (iii) transações com energia na CCEE; (iv) receita de construção de infraestrutura de distribuição; (v) outras receitas operacionais; e (v) impostos e encargos incidentes sobre as receitas.

A Diretoria da Companhia entende que os itens mais significativos da receita são fornecimento de energia elétrica e do uso da rede de distribuição pelos consumidores finais dentro da sua área de concessão, conforme pode ser observado em tabela de composição da receita no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência. A receita com fornecimento bruto de energia decorre dos valores de energia comercializada a consumidores residenciais, comerciais, rurais, industriais e outros e a receita de uso da rede decorre de valores auferidos pela utilização, pelos consumidores, das linhas de distribuição da Companhia.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Diretoria da Companhia entende que os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia estão relacionados na Seção 10.1 deste Formulário de Referência, onde destacamos: (i) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012); (ii) reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012; e (iii) aumento de 25,55% no gasto com energia elétrica comprada para revenda, decorrente, principalmente, das exposições financeiras no mercado de curto

prazo ocasionada pelo aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em todos os submercados.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos ou esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia entendem que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, bem como no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, não houve introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores da Companhia entendem que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, bem como no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia entendem que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, bem como no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2012, a Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam interferir em suas demonstrações financeiras.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas das práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras de 2010 também refletiram pela primeira vez a adoção de regras contábeis internacionais (IFRS), rerepresentando os resultados de 2009 para possibilitar a comparabilidade.

Nesse contexto, no exercício de 2010 ocorreu a mudança nos padrões contábeis brasileiros regulados pelas publicações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação dos padrões contábeis internacionais (IFRS) trouxe uma significativa mudança nos resultados de 2010. Os principais impactos das mudanças podem ser verificados na letra b desse mesmo item.

Já as Demonstrações Contábeis do exercício de 2011 foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC; normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Para as Informações Contábeis Intermediárias do exercício de 2012, divulgadas até o momento, foram considerados o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB, assim como as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

O processo de harmonização das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais iniciou-se em 2008 com o advento da Lei 11.638/07. A adoção definitiva das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil ocorreu em 2010. Para atendimento às determinações das normas internacionais, para a primeira adoção seria necessária a apresentação comparativa com o exercício imediatamente anterior e também a elaboração de um balanço de abertura com data de 01/01/2009. A Companhia elaborou essas demonstrações em consonância com as normas internacionais, refletindo na sua contabilidade todos os efeitos, tendo como maior reflexo a adoção do IFRIC 12 (ICPC01) – Contratos de Concessão. Com a adoção desta norma, a Companhia deixou de registrar os ativos das concessões na rubrica de Ativo Imobilizado, sendo estes bifurcados entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro de acordo com as regras estabelecidas na legislação.

Os diretores da Companhia entendem que todos os impactos e seus respectivos efeitos decorrentes das referidas alterações nas práticas contábeis foram divulgados em nas demonstrações contábeis e são também descritos no item (b) a seguir.

b) efeitos significativos das alterações nas práticas contábeis

Conforme descrito no item 10.4 (b) anterior, o principal impacto nas demonstrações contábeis da Companhia foi decorrente da adoção do ICPC 01. Todos os ativos de concessão, anteriormente classificados como ativo imobilizado, foram bifurcados entre Ativo Financeiro e Ativo Intangível. Aqueles ativos, cuja remuneração via comercialização de energia ocorresse até o final da concessão foi classificado como Ativo Intangível. A diferença não ressarcida via comercialização até o final da concessão seria reconhecido como Ativo Financeiro e indenizado pelo Poder concedente.

Adicionalmente, deve ser ressaltado que em função das novas normas contábeis, a Companhia passou a não mais registrar nas demonstrações contábeis os ativos e passivos regulatórios, sendo os valores reconhecidos somente quando do efetivo recebimento ou pagamento, o que produziu também, no entendimento dos Diretores da Companhia, impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Todos os impactos identificados com a adoção das IFRS na Companhia estão descritos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício corrente em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

Os principais efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia em função da adoção, em 2010, dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC de n°s 15 a 43, das Interpretações Técnicas de n°s 1 a 16 e das orientações técnicas de n° de 3 a 5 além das normas IFRS estão descritos a seguir:

(i) Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão: essa interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;
- o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de distribuição da Companhia. De acordo com a referida Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível. Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do ativo financeiro. Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia, foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre ativo intangível e ativo financeiro.

Na atividade de distribuição de energia elétrica, a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Dessa forma, a Companhia mensurou o valor dos ativos, anteriormente registrados no imobilizado, que não estarão integralmente amortizados até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A diferença entre o valor anteriormente registrado no imobilizado e o ativo financeiro da concessão constituído foi transferida para o ativo intangível. Ou seja, os valores registrados no intangível serão aqueles a serem amortizados até o final da concessão, de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos estabelecida pela ANEEL.

Apesar da existência de cláusula de renovação nos atuais contratos de concessão da Companhia por mais 20 anos, essa renovação não foi considerada para fins de bifurcação dos ativos, sendo utilizada a data de vencimento do atual contrato, em fevereiro de 2016. Os valores registrados no ativo intangível serão amortizados em conformidade com a vida útil dos ativos, utilizando-se como base a estimativa elaborada pela ANEEL.

Conforme definido pela Interpretação, considerando que as empresas de distribuição atuam essencialmente como responsáveis primárias em relação aos serviços de construção e instalação, é necessário o reconhecimento de receita e despesa de construção relacionadas a esses serviços.

Tendo em vista o modelo regulatório brasileiro, onde as empresas distribuidoras têm a sua remuneração baseada na operação e manutenção dos ativos e a construção de novas instalações é essencialmente terceirizada, entendemos que a margem de lucro nessa atividade de construção é imaterial, motivo pelo qual consideramos como nula para fins de elaboração das demonstrações contábeis.

Para as contribuições do consumidor, registradas como obrigações especiais, foram adotados os seguintes procedimentos:

- o saldo inicial de obrigações especiais registrado na data de transição a ser amortizado até o vencimento da concessão. Caso seja estimado saldo remanescente, este deve ser classificado como ativo financeiro, em conta redutora;
- a parcela do saldo inicial que deve ser amortizado entre a data da transição da norma contábil e o vencimento da concessão deve ser classificada como ativo intangível, em conta redutora.

Em função do critério utilizado de realizar a bifurcação dos ativos entre financeiro e intangível tendo como base os valores contábeis então constantes do imobilizado, a alteração mencionada não alterou o patrimônio líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2009.

(ii) Pronunciamento CPC 20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados: a Companhia reavaliou os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a um ativo qualificável.

Esse procedimento implicou na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

(iii) Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) e ICPC 01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração: até o exercício de 2009, a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, por meio de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$27.576.

(iv) Pronunciamento CPC 33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego: a Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego. Apesar do Pronunciamento CPC 33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, é exigido que na adoção do pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas ainda não reconhecidas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa. Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$460.556 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente às perdas atuariais ainda não reconhecidas em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior à obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC 33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$460.556. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 15.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

(v) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual (Framework): a definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo *International Accounting Standards Board – IASB* desde 2005. Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para 2011. Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios. Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis, estando apresentados na nota explicativa nº 21 os principais saldos dos itens regulatórios que não foram registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia na data de 1º de janeiro de 2009.

(vi) Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis: em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a

Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 foram auditadas, bem como o primeiro trimestre de 2012 foi revisado, pela KPMG Auditores Independentes. As Informações Trimestrais dos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 30 de setembro de 2012 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, todas em consonância com as normas de auditorias pertinentes e aplicáveis no Brasil.

Quanto aos Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e o Relatório de Revisão sobre Informações Trimestrais dos exercícios de 2012, 2011, 2010 e 2009, a Companhia identificou apenas uma ênfase no relatório emitido sobre a ITR de junho de 2011, conforme segue:

“Conforme mencionado na Nota explicativa nº 12, a Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula de compromisso financeiro (“covenants”) que não estava atendida na data base 30 de junho de 2011. A Administração da Companhia obteve os consentimentos (“waivers”) de todos os credores somente após 30 de junho de 2011, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), reclassificou o montante de R\$1.265 milhões do passivo não circulante para o passivo circulante em 30 de junho de 2011. Após obtenção dos waivers, tais passivos financeiros voltaram a ser classificados como passivo não circulante. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.”

Os diretores da Companhia entendem que, apesar da ênfase constante no Relatório dos Auditores Independentes emitido para as Demonstrações Contábeis Intermediárias de junho de 2011 referente a quebra dos “covenants”, não ocorreu impacto nas operações ou situação financeira da Companhia, uma vez que, ainda antes do arquivamento das Demonstrações Contábeis Intermediárias mencionadas, a Companhia obteve junto aos credores o consentimento (“waiver”), e, com isso, todos os valores classificados no Passivo Circulante em decorrência do ocorrido, foram reclassificados para o Passivo Não Circulante nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2011, em consonância com as efetivas datas de vencimento constantes nos contratos.

As demonstrações contábeis ou informações trimestrais da Companhia não contiveram ressalvas, ou outro tipo de Relatório dos Auditores Independentes com opinião modificada, o que confirma, na opinião dos Diretores, portanto, a apresentação adequada, em todos os aspectos relevantes, das demonstrações financeiras e ITRs, quanto à posição patrimonial e financeira da Companhia.

10.5. Políticas Contábeis Críticas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos estabelecidos.

A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2012, com base nos critérios estabelecidos no documento *Integrated Internal Control Framework*, emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10.7. Destinação dos recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria da Companhia entende que não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial. A Diretoria acredita, ainda, que a Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia entende que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Diretoria da Companhia entende que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que pudessem alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que a Diretoria da Companhia entende que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que pudessem alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que a Diretoria da Companhia entende que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que pudessem alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Plano de Negócios

As mudanças na regulamentação do setor, sobretudo as trazidas pela Lei 12.783 aos negócios de geração e transmissão, além do processo de revisão tarifária da Cemig Distribuição, realizado em abril deste ano, têm exigido uma análise orçamentária mais apurada pela empresa, que até a data do arquivamento deste relatório, não tinha aprovado seu plano de investimentos para 2013.

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a

razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, como parte do processo de revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (“SFF”) da ANEEL emitiu, em 11 de março de 2013, o Despacho nº 689, divulgando o valor da Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, no montante de R\$5.111.837 mil. A BRR é utilizada para determinar o valor do ativo financeiro das concessões de distribuição de energia elétrica, relacionado ao montante a ser reembolsado pelo poder concedente ao término das concessões. Conforme consta da referida nota explicativa, a Administração da Companhia entende que o valor divulgado pela SFF é provisório e foi divulgado por um montante substancialmente inferior às suas expectativas e, por esta razão está discutindo com a ANEEL os critérios de avaliação utilizados para determinação do valor da BRR a ser homologada. Diante deste cenário, a Administração da Companhia entende que, no momento, não pode ser determinado qualquer ajuste aos saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2012. Conseqüentemente, nenhum ajuste foi registrado em decorrência deste assunto nas demonstrações financeiras e, enquanto não forem concluídas as discussões com a ANEEL, não é possível concluir sobre os possíveis impactos nos saldos do ativo financeiro, do resultado do exercício e do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para

opinião com ressalva” estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial individual e consolidado levantado em 1º de janeiro de 2011.

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e aos balanços patrimoniais levantados em 1º de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados pelas razões descritas na nota explicativa 2.5, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 27 de março de 2013, sem modificação.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 S/MG

ANEXO 6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 30-04-2013, referente à destinação do lucro líquido do exercício de 2012, no montante de R\$191.365 mil, seja dada a seguinte destinação:

R\$9.568 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social;

R\$141.114 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos através de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, conforme CRCA-082/2012, de 21-12-2012, fazendo jus todos os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 20-12-2012; e,

R\$40.683 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2013.

Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquelas Assembleias.

Belo Horizonte, 27 de março de 2013.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Vicente de Paulo Barros Pegoraro

ANEXO 7

Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, Relativamente aos candidatos a membro do Conselho de Administração e membro do Conselho Fiscal indicados pelo acionista controlador.

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Adriano Magalhães Chaves

Idade: 44 anos

Profissão: Engenheiro Eletricista

CPF: 086.051.928-79

Data nascimento: 29-10-1967

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 29-04-2010

Data da posse: 29-04-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

- 2007-2009 - Assessor do Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, interagindo com o Governo, as Secretárias de Estado, Empresas da Administração direta e indireta, Entidades de Classe e Empresas Privadas, buscando um alinhamento estratégicos em todas as áreas de interesse do Governo de Minas;

- 2009-2010 - Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI;

- A partir de Janeiro de 2011 - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A. - Membro Efetivo, de 10-12-2009 até 29-04-2010, e Membro Suplente, a partir de 29-04-2010.

Gestor Projeto Estruturador Energia Elétrica para Noroeste Mineiro da Companhia Energética de Minas Gerais - (2003-2006).

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Aliomar Silva Lima

Idade: 59 anos

Profissão: Economista

CPF: 131.654.456-72

Data nascimento: 07-10-1953

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 27-04-2012

Data da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG, da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom, e Redentor Energia S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Idade: 47 anos

Profissão: Eletricitário

CPF: 539.109.746-00

Data nascimento: 26-03-1966

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 29-04-2010

Data da posse: 29-04-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Empregado cedido.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Técnico Administrativo da Cemig Distribuição S.A.

Membro titular do Comitê do Prosaúde da Forluz (de 2006 a 2010).

Desde 2009, Membro Efetivo do Conselho de Administração Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

- sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

- sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Ari Barcelos da Silva

Idade: 71 anos

Profissão: administrador de empresas

CPF: 006.124.137-72

Data nascimento: 03-03-1942

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 27-04-2012

Data da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Assessor do presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., para assuntos de controle interno e auditoria. – desde março/2011.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS

Maio de 1985 a Outubro de 1990

-Assistente da Diretoria Econômica-Financeira

-Presidente da Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social-ELETROS

Maio de 1974 a Abril de 1985

Chefe do Departamento de Contabilidade

Junho de 1966 a Abril de 1971

Adjunto do Contador Geral da empresa

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

Idade: 68 anos

Profissão: Jornalista e Administrador

CPF: 026.939.257-20

Data nascimento: 22-11-1944

Cargo eletivo: Presidente

Data de eleição: 27-04-2012

Data da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006.

Titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda., nas áreas da administração e da comunicação social, com ênfase para a coordenação de verbas de publicidade, promoção e marketing para grandes empresas, desde 1973.

Escreve nas revistas FOCO e Encontro e é colaborador do Jornal do Brasil (eletrônico), Jornal Diário do Comércio (SP), o Dia (RJ), Hoje em Dia (BH), Jornal do Comércio (Manaus), dentre outros.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006.

Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Bruno Magalhães Menicucci

Idade: 26 anos

Profissão: Engenheiro de Produção

CPF: 081.100.286-16

Data nascimento: 26-11-1986

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 21-12-2011

Data da posse: 21-12-2011

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro dos Comitês de Recursos Humanos; de Estratégia; e, de Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Engenheiro Assistente, na AGC Energia S.A., atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A., que presta serviços para empresas do "Grupo Cemig", participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos conselhos de administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Christiano Miguel Moysés

Idade: 40

Profissão: Contador

CPF: 857.916.016-20

Data nascimento: 21-02-1973

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 27-04-2012

Data da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2014.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não. Pelos preferencialistas.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro dos Comitês de Apoio e de Estratégia do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:**c. Mini-currículo, contendo:**

iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

2010 – atual Sócio-Diretor, Imeri Capital Gestão de Investimentos Ltda

Atividade principal da empresa: A Sociedade tem como objeto social (i) a administração e gestão de recursos próprios e de terceiros e (ii) a prestação de serviços de assessoria financeira, econômica e consultoria estratégica. A Sociedade também poderá: participar como quotista ou acionista, de outras sociedades nacionais ou estrangeiras; e (ii) integrar consórcios que tenham por fim desenvolver atividades direta ou indiretamente relacionadas com o seu objeto ou com o das sociedades de que participe.

Em assessoria financeira/estratégica: co-responsável pela captação e condução dos projetos/operações.

Em gestão de fundos: co-responsável pela captação de recursos para posterior investimento em pequenas e médias empresas;

2011 – atual Sócio-Investidor, CAPPE Brasil Engenharia Ltda.

Atividade principal da empresa: A Sociedade tem como objeto social a elaboração de estudos, projetos, análise, vistorias, perícias, arbitramentos, laudos de assistência, consultoria, pareceres, supervisão, coordenação e divulgação técnica na área de engenharia civil.

Não há função executiva nesta empresa.

2003 – 2010 Sócio, FIR Capital Partners – Gestão de Investimentos S.A.

Atividade principal da empresa: A Sociedade tem por objetivo a prestação de serviços de administração de recursos de terceiros e a prestação de serviços de consultoria econômica, societária e gestão de sociedades. A Sociedade também pode: (i) participar como quotista ou acionista, de outras sociedades nacionais ou estrangeiras; e (ii) integrar consórcios que tenham por fim desenvolver atividades direta ou indiretamente relacionadas com o seu objeto ou com o das sociedades de que participe.

A FIR Capital Partners Gestão de Investimentos S.A. foi acionista da Axxiom Soluções Tecnológicas S.A.. Em 2010, alienou a sua participação de 12,7% das ações para a Light. Christiano Miguel Moysés atuou por um breve período como Diretor Presidente da empresa (apenas para constituição jurídica da empresa) renunciando em dezembro de 2007.

Em gestão de fundos: co-responsável pela gestão de um fundo de venture capital.

Em fusões e aquisições (M&A): captação e condução de operações no buy e sell side.

iv. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Não se aplica.

d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**i. qualquer condenação criminal;**

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Djalma Bastos de Moraes

Idade: 76 anos

Profissão: Engenheiro

CPF: 006.633.526-49

Data nascimento: 16-03-1937

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 29-04-2010

Data da posse: 29-04-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor-Presidente.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-curriculo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Presidente do Conselho de Administração na Companhia de Gás de Minas Gerais- GASMIG, desde 29-01-1999;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A;

Diretor-Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 14-01-1999, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004;

Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom, - desde 20-05-1999;

Membro do Conselho de Administração na Light S.A. e na Light Serviços de Eletricidade S.A., desde 10-08-2006;

Presidente do Conselho de Administração na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.-TAESA, desde 04-11-2009;

Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, desde 29-01-1999;

Presidente do Conselho de Administração da Central Termelétrica de Cogeração S.A..

Presidente do Conselho de Administração da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A., - (de 28-12-2005 a 17-06-2011).

Membro do Conselho de Administração Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A. – desde 10-08-2006.

Diretor-Presidente da Cemig Serviços S.A., - desde 09-04-2008.

Membro do Conselho de Administração da Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica., - desde 11-04-2011.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Diretor-Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A.;

Presidente do Conselho de Administração na Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom;

Membro do Conselho de Administração na Light S.A. e na Light Serviços de Eletricidade S.A.

Presidente do Conselho de Administração na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.-TAESA.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Dorothea Fonseca Furquim Werneck

Idade: 64 anos

Profissão: Economista

CPF: 261.863.817-49

Data nascimento: 09-07-1948

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 21-01-2011

Data da posse: 21-01-2011

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Conselheira é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Entre 2008 e 2010 não exerceu atividades profissionais.

Titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, desde janeiro de 2011.

Presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.-BDMG.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Presidente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Eduardo Borges de Andrade

Idade: 74 anos

Profissão: Engenheiro

CPF: 000.309.886-91

Data nascimento: 30-04-1938

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 04-08-2010

Data da posse: 04-08-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.

12.8. Fornecer:**a. Mini-currículo, contendo:****i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;

- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Empresa: Andrade Gutierrez S.A

Membro do Conselho de Administração.

Empresa: Andrade Gutierrez Concessões S.A.

Presidente do Conselho de Administração.

Empresa: Administradora São Miguel S.A – Holding que possui 33% das ações da Andrade Gutierrez S.A

Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

Empresa: CCR S.A.

Presidente do Conselho de Administração.

Empresa: LIGHT S.A.

Presidente do Conselho de Administração.

Fundação: Fundação Dom Cabral

Membro do Conselho Curador

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Empresa: Andrade Gutierrez Concessões S.A

Presidente do Conselho de Administração.

Empresa: CCR S.A

Presidente do Conselho de Administração.

Empresa: LIGHT S.A

Presidente do Conselho de Administração.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos conselhos de administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Franklin Moreira Gonçalves

Idade: 42 anos

Profissão: Técnico em Processamento de Dados

CPF: 754.988.566-72

Data nascimento: 12-10-1970

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 29-04-2010

Data da posse: 29-04-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Empregado cedido.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:**a. Mini-currículo, contendo:****i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa;

- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Técnico de Operação do Sistema na Cemig Distribuição S.A.;
Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 2003; e da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.
Membro do Conselho de Administração das Empresas do "Grupo TBE":
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; e, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE (desde 12-09-2011).

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

Técnico de Operação do Sistema na Cemig Distribuição S.A..

b. com a Cemig;

X não

- sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

- sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o o Conselheiro de Administração:

Nome: Fuad Jorge Noman Filho

Idade: 65 anos

Profissão: Economista

CPF: 009.880.816-87

Data nascimento: 30-06-1947

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 29-08-2012

Data da posse: 29-08-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é Membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas do Conselho de Administração.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**a. Mini-currículo, contendo:****i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – de 2007 até 06/2010.

Membro do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais-BDMG – de 2007 a 2011.

Membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. – desde 2008.

Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig - de 03-01-2011 a 01-08-2012.

Conselheiro de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais – de 20-01-2011 .

Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT – de 03-01-2011 a 01-08-2012.

Secretário de Estado Extraordinário para Coordenação de Investimentos do Estado de Minas Gerais – desde 01-08-2012.

Secretário de Estado Extraordinário para a Copa do Mundo do Estado de Minas Gerais – de 02-08-2012 a 18.10.2012.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Diretor de Varejo, Seguridade e Distribuição do Banco do Brasil – 1999.

Membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. – desde 2008.

Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT – de 03-01-2011 até 01-08-2012.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig – de 03-01-2011 até 01-08-2012.

Diretor de Gás da Cemig, Cemig D e Cemig GT – de 03-01-2011 até 01-08-2012.

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: *Guilherme Horta Gonçalves Júnior*

Idade: *60 anos*

Profissão: *Economista*

CPF: *266.078.757-34*

Data nascimento: *07-08-1952*

Cargo eletivo: *Membro Suplente*

Data de eleição: *29-04-2010*

Data da posse: *29-04-2010*

Prazo do mandato: *até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.*

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: *Não.*

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: *Sim.*

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

No período 2008/2010 - Assessor Especial do Governador do Estado de Minas Gerais e Membro do Conselho Fiscal do BDMG.

Desde 2011 - Membro do Conselho Fiscal da MGI e titular da Coordenadoria Especial de Gestão das Unidades de Atendimento Integrado - UAI/SEPLAG-MG.

Desde 2008 - Assessor Especial do Presidente da CODEMIG e Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Diretor de Projetos, Suprimentos e Recursos Humanos da Transmissora Aliança de Energia - TAESA.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Guy Maria Villela Paschoal

Idade: 80 anos

Profissão: Engenheiro

CPF: 000.798.806-06

Data nascimento: 24-02-1933

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 29-04-2010

Data da posse: 29-04-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Membro da Câmara de Infraestrutura da Federação das Indústrias de Minas Gerais e, em FURNAS, participou da Junta de Consultores dos Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira e, na ELETROBRAS, foi Consultor da Presidência e membro do Comitê Diretor do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte; tendo sido ainda, na CEMIG, membro suplente do Conselho de Administração e consultor para os aproveitamentos de Santo Antônio e Jirau. - 2003-2008

Presidente do Conselho e Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE (Brasília); Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros; Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.; Membro do Conselho Consultivo da Memória da Eletricidade do Brasil (Rio de Janeiro) e do Conselho Superior da Fundação Felice Rosso (Hospital Felício Rocho). - 2008/2012

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Helton da Silva Soares

Idade: 36 anos

Profissão: contador

CPF: 000185326-08

Data nascimento: 25-02-1977

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 27-04-2012

Data da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Executivo da Construtora Andrade Gutierrez S.A. desde julho de 1998, atua como membro do Conselho Fiscal da Madeira Energia S.A. e membro suplente do Conselho Fiscal da CONTAX Participações S.A..

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: João Camilo Penna

Idade: 87 anos

Profissão: Engenheiro

CPF: 000.976.836-04

Data nascimento: 19-12-1925

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 29-04-2010

Data da posse: 29-04-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Estratégia do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2008.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Joaquim Francisco de Castro Neto

Idade: 68 anos

Profissão: Administrador de Empresas

CPF: 026.491.797-91

Data nascimento: 30-03-1944

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 21-12-2011

Data da posse: 21-12-2011

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Estratégia do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Membro do Conselho de Administração do Unibanco;

Presidente do Conselho de Administração da Redecard;

Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza;

Membro do Conselho de Administração da Jereissati Holding;

Membro do Conselho de Administração da Bodytech;

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Diretor executivo, Vice-Presidente, Presidente e membro do Conselho de Administração do Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A.;

Membro e Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza;

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: José Augusto Gomes Campos

Idade: 48 anos

Profissão: Físico

CPF: 505.516.396-87

Data nascimento: 02-12-1964

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 21-12-2011

Data da posse: 21-12-2011

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Corporación Quiport S/A (2006-2008)

Diretor de Project Finance – Reportando-se ao CEO da Companhia, responsável pelo desenvolvimento do relacionamento entre a Quiport e seus financiadores: IADB, OPIC, US EXIM e EDC (Canadá).

Responsável por todo o processo de desembolso dos financiamentos, preparação, supervisão e envio de todos os documentos relativos ao pacote de financiamentos, no valor de 376.4 MUSD.

Responsável pela coordenação de todas as atividades internas visando o cumprimento das obrigações assumidas pela Quiport perante os financiadores, incluindo as inspeções periódicas dos Lenders Engineers e dos Environmental Experts.

Responsável pela elaboração, submissão e gestão dos orçamentos anuais da companhia, em conjunto com o CFO, tanto para os Lenders quanto para os Acionistas.

Concessionária de Serviços Públicos – Aeroportos

Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Concessões – 45.49%

AECON Concessions (Canadá) – 45.49%

Airport Development Corporation (Canadá) – 9.00%

Houston Airport System Development Corporation (EUA) – 0.02%

Andrade Gutierrez Concessões S.A. (2008 -)

Gerente de Project Finance (até Out2009) e, posteriormente, Gerente de Desenvolvimento de Projetos – Reportando-se ao Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Companhia, foi responsável pela estruturação de financiamentos a projeto, bem como a estruturação de novos negócios no setor de Aeroportos.

Representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008.

Entre Mai/2008 e Mar/2010, as atividades se concentraram na aquisição do Projeto do Aeroporto Internacional Juan Santamaría, de San José – Costa Rica bem como a estruturação de um financiamento de 100 MUSD junto ao BID e à OPIC para refinanciamento do projeto.

Entre Jul/2009 e Fev/2011, atuou no processo de renegociação do contrato de Concessão do Novo Aeroporto Internacional de Quito, levado a cabo pelo Governo do Equador (municipal e federal), Financiadores e acionistas.

A Partir de Jul2010, desenvolvimento de novos negócios no setor de Portos e Projetos de infraestrutura de óleo e gás.

Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos

Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Participações – 85.00%

International Finance Corporation (IFC) – 15.00%

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos conselhos de administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Lauro Sérgio Vasconcelos David

Idade: 44 anos

Profissão: Administrador

CPF: 603.695.316-04

Data nascimento: 04-04-1968

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 29-04-2010

Data da posse: 29-04-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: *Empregado cedido.*
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: *Sim.*

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Membro dos Comitês de Recursos Humanos; de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e, de Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Presidente do Clube de Investimentos dos Empregados da CEMIG – CLIC (2005-2011);

Membro do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A. – CemigTelecom (desde março/2003);

Membro do Conselho Fiscal da FUNCOGE (desde dezembro/2008);

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A.. (desde março/2006);

Superintendente de Coordenação e Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais (2005 - até setembro/2011);

Diretor Técnico-Comercial das Empresas do “Grupo TBE”:

Empresa Catarinense de Energia S.A. – ECTE; Empresa Paraense de Transmissão de

Energia S.A. – ETEP; Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE;

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE;

Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC; Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE; e, Companhia Transmissora de Energia Elétrica - Lumitrans (desde

setembro/2011);

Membro do Conselho de Administração do ONS – Operador Nacional do Sistema (desde abril/2012).

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro do Conselho de Administração Cemig Telecomunicações S.A. – CemigTelecom;

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.;

Superintendente de Coordenação e Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:**a) outro(s) administrador(es) da Cemig D**

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Leonardo Maurício Colombini Lima

Idade: 66 anos

Profissão: Bacharel em Ciências Contábeis

CPF: 065.276.716-87

Data nascimento: 05-04-1946

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 12-05-2011

Data da posse: 12-05-2011

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

No Governo de Minas Gerais, a partir de 2003, exerceu as funções de Assessor Especial da Secretaria de Estado de Fazenda, Subsecretário do Tesouro Estadual e Secretário-Adjunto da Fazenda e desde maio de 2010 é o Secretário de Estado de Fazenda.

Membro dos Conselhos de Administração do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da MGI – Minas Gerais Participações, da Gasmig – Companhia de Gás de Minas Gerais.

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Membro do Conselho de Administração da MGI – Minas Gerais Participações

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Luiz Augusto de Barros

Idade: 69 anos

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 076.215.406-30

Data nascimento: 14-01-1944

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 29-08-2012

Data da posse: 29-08-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Membro do Comitê de Apoio e de Estratégia do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

b. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;

- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde agosto/2012.

Diretor de Obras da Cia de Desenvolvimento de Estado de Minas Gerais-CODEMIG – desde março de 2011;

Diretor Superintendente da Camter Construções e Empreendimentos – de setembro/2004 até abril/2010;

Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção-CBIC – Gestões 2005 a 2008 e 2008 a 2011;

Federação das Indústrias de Minas Gerais-FIEMG

- *Vice-Presidente – 2006 a 2010;*
- *Diretor – 2010 a 2014;*
- *Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos-COAL – 2006 a 2010 e Conselheiro – 2010 a 2014.*

Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR

- *Diretor – 2009 a 2012;*
- *Conselheiro – 2006 a 2009.*

Conselheiro do Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais – SICEPOT-MG – desde 2009.

c. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A.,

d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Luiz Guaritá Neto

Idade: 57 anos

Profissão: engenheiro e empresário

CPF: 289.118.816-00

Data nascimento: 21-04-1955

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 27-04-2012

Data da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**a. currículo, contendo as seguintes informações:****i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Vice-presidente da Associação dos Municípios – ABM e Presidente da Associação Macrorregional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM.

Membro do Conselho Estadual de Habitação.

Primeiro Suplente Senador Dr. Eduardo Brandão de Azeredo / Mandato: 01-01-2003 a 31-12-2010.

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho Administrativo do Shopping Center Uberaba, desde 2009.

Sócio Diretor da Construtora RCG Ltda., desde 2000.

Sócio Diretor da Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda., desde 1986.

Sócio Diretor da Guaritá e Guaritá Participações Ltda., desde 2006.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Marco Antonio Rodrigues da Cunha

Idade: 58 anos

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 428.576.006-15

Data nascimento: 14-03-1955

Cargo eletivo: Membro suplente

Data de eleição: 29-04-2010

Data da posse: 29-04-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Membro do Comitê de Apoio; de Recursos Humanos; e, de Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

b. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Subsecretário de Indústria, Comércio e Serviços de Minas Gerais, subordinado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – (desde março/2011);

Presidente da Instituição de Treinamento, Ensino e Pesquisa do Setor Elétrico - Fundação COGE – (2008 a 2010);

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 2003; e da Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004;

Diretor de Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A. - (2007 a 2011);

Diretor Presidente da Sá Carvalho S.A. – (2007 a 2011);

Diretor Vice-Presidente da Rosal Energia S.A. – (2007 a 2011);

Diretor da Capim Branco Energia S.A., da Central Termelétrica de Cogeração S.A. e da Cemig Telecomunicações S.A.- (2007 a 2011);

Membro do Conselho de Administração da Central Hidrelétrica Pai Joaquim SA (2007-2011);

Diretor Administrativo da Cemig Serviços S.A. – (2008 a 2011);

c. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Cemig Telecomunicações S.A.

Diretor de Gestão Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig, Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Idade: 71 anos
Profissão: economista
CPF: 001.909.696-87
Data nascimento: 16-09-1941
Cargo eletivo: Membro Suplente
Data de eleição: 27-04-2012
Data da posse: 27-04-2012
Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas. - março/2007 a janeiro/2011.

Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, empresa pública voltada para o financiamento e fomento da economia do Estado de Minas Gerais. - desde abril/2011.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

- sim* - Se sim, descrever:
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.**

X não

- sim* - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

- sim* - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

- sim* - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

- sim* - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

- sim* - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

X sim - Se sim, descrever a relação:

Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. - março/2007 a janeiro/2011.

Aposentado da Secretaria da Fazenda – Analista Fiscal da Receita Estadual

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

- sim* - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Marina Rosenthal Rocha

Idade: 30 anos

Profissão: Engenheira civil

CPF: 060.101.836-26

Data nascimento: 22-09-1982

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 18-12-2012

Data da posse: 18-12-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho de Administração, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Concessões S.A., empresa holding de participações societárias, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. no período de 27-04 a 17-12-2012.

Membro do Conselho de Administração da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 18-12-2012.

Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., holding controladora da Usina de Santo Antônio, no rio Madeira.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho de Administração da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:**a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;**

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos conselhos de administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Newton Brandão Ferraz Ramos

Idade: 43 anos

Profissão: Contador

CPF: 813.975.696-20

Data nascimento: 30-05-1969

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 04-08-2010

Data da posse: 04-08-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

b. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Desde 1998 atua como executivo da Andrade Gutierrez Concessões, exercendo o papel de membro dos Conselhos Fiscais da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

c. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X *sim* - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos conselhos de administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Newton de Moura

Idade: 71 anos

Profissão: economiário

CPF: 010.559.846-15

Data nascimento: 21-03-1941

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 27-04-2012

Data da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

É membro Suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro Suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Otávio Marques de Azevedo

Idade: 61 anos

Profissão: Engenheiro

CPF: 129.364.566-49

Data nascimento: 31-05-1951

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 04-08-2010

Data da posse: 04-08-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

ANDRADE GUTIERREZ SA

Holdings do Grupo Andrade Gutierrez, especializado em Infraestrutura

Presidente da Empresa desde outubro de 2007;

Oi

Concessionária Operadora de Telecomunicações

Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011;

Telemar Participações

Controladora do Grupo Oi

Presidente do Conselho de Administração desde 2008

Contax

Operadora de Call Center

Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011

CTX

Controladora da Contax

Presidente do Conselho de Administração desde 2008

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A. (desde outubro de 2010).

Membro de Conselho da Portugal Telecom

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Oi

Concessionária Operadora de Telecomunicações

Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011;

Telemar Participações

Controladora do Grupo Oi

Presidente do Conselho de Administração desde 2008

CTX

Controladora da Contax

Presidente do Conselho de Administração desde 2008

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de

subordinação entre os membros dos conselhos de administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Paulo Roberto Reckziegel Guedes

Idade: 51 anos

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 400.540.200-34

Data nascimento: 25-10-1961

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 04-08-2010

Data da posse: 04-08-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Recursos Humanos; de Estratégia; e, de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S.A., desde 2000.

Diretor da Andrade Gutierrez Participações S.A., desde 2011.

Vice-Presidente de Investimentos da Holding Andrade Gutierrez S.A., desde 2012.

Membro dos Conselhos de Administração da Dominó Holdings, Water Port e Companhia Operadora de Rodovias S.A..

Membro Suplente do Conselho de Administração (até 2010) e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A..

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Andrade Gutierrez Concessões S.A..

Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos conselhos de administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Paulo Sérgio Machado Ribeiro

Idade: 52 anos

Profissão: Engenheiro

CPF: 428.576.006-15

Data nascimento: 10-01-1961

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 29-04-2010

Data da posse: 29-04-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é Membro dos Comitês de Apoio; de Recursos Humanos; de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e, de Finanças Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Subsecretário de Política Mineral e Energética do Estado de Minas Gerais, desde 2008.
Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2008.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Ricardo Coutinho Sena

Idade: 65 anos

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 500.873.046-00

Data nascimento: 04-03-1948

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 04-08-2010

Data da posse: 04-08-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-curriculum, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

(2000 até a presente data) ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A.

Ramo de Atividade: Holding

Cargo: Presidente e Membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões e Membro do Comitê Executivo da Andrade Gutierrez S.A.

Atividades exercidas: representa a Andrade Gutierrez Concessões nos conselhos de administração da CCR – holding de Concessionárias de Rodovias, da DOMINÓ – holding que possui participação acionária na SANEPAR – Cia. de Saneamento do Estado do Paraná, da Quiport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito – Equador, do Conselho Consultivo da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Membro do Conselho da Light e da Light SESA e da CCR S.A.;

Membro do conselho da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos conselhos de administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Saulo Alves Pereira Júnior

Idade: 42 anos

Profissão: Engenheiro Eletricista

CPF: 787.495.906-00

Data nascimento: 13-01-1971

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 04-08-2010

Data da posse: 04-08-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Conselheiro é membro dos Comitês de Apoio; de Estratégia; e, de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-curriculum, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Em 2000 iniciou suas atividades no grupo Andrade Gutierrez como principal gestor de contratos da Construtora Andrade Gutierrez na área de Telecomunicações no Rio de Janeiro. Desde 2004, atua como Diretor Comercial da Construtora Andrade Gutierrez, no desenvolvimento de novos negócios com foco no Setor Elétrico. Desde 2007 passou a exercer funções na Andrade Gutierrez Concessões participando ativamente da consolidação do grupo no Setor Elétrico.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos conselhos de administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Tadeu Barreto Guimarães

Idade: 52

Profissão: Economista

CPF: 370.853.526-04

Data nascimento: 16-03-1936

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição:

Data da posse:

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;

- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Consultor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG (desde 01-08-2012);

Diretor-Presidente – (Secretário de Estado)

Escritório de Prioridades Estratégicas (janeiro/2011 a agosto/2012);

Membro do Conselho de Administração da Cia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – Copasa - (abril/2011 a abril/2013);

Coordenador Executivo – (Secretário Adjunto na Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais-SEPLAG);

Programa Estado para Resultados – EpR, (janeiro/2007 a dezembro/2010).

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro do Conselho de Administração da Cia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – Copasa.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Tarcísio Augusto Carneiro

Idade: 52 anos

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 372.404.636-72

Data nascimento: 10-06-1960

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 04-08-2010

Data da posse: 04-08-2010

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O conselheiro é membro dos Comitês de Recursos Humanos e de Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

É empregado do Grupo Andrade Gutierrez desde 20 de dezembro de 1988, onde atuou na Construtora Andrade Gutierrez S/A, no Departamento de Concorrências, na área de estudos econômico-financeiros até dezembro de 1998.

Em janeiro de 1999, foi transferido para a Andrade Gutierrez Concessões S/A, onde atua como Executivo da Empresa.

Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da CCR S.A. em 2011.

É membro suplente do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da CCR S.A.

Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos conselhos de administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A..

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Thales de Souza Ramos Filho

Idade: 72 anos

Profissão: médico

CPF: 003.734.436-68

Data nascimento: 22-03-1940

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 27-04-2012

Data da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2004.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Vicente de Paulo Barros Pegoraro

Idade: 68 anos

Profissão: advogado

CPF: 004.826.419-91

Data nascimento: 05-08-1944

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 27-04-2012

Data da posse: 27-04-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 29-04-2009.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 29-04-2009.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011, 2012 e/ou 2013 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Wando Pereira Borges

Idade: 77

Profissão: Economista

CPF: 000.289.756-34

Data nascimento: 16-03-1936

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 18-12-2012

Data da posse: 18-12-2012

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2013.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Membro do Conselho de Administração da BOZEL Mineração S/A (abril/2008 a fevereiro/2010);

Presidente da ELEJA – Elétrica Jacuí S/A (maio/2008 a outubro/2009);

Administrador da Powerbras Energia Holding Ltda (outubro/2008 a outubro/2009);

Administrador da Powerbras Leão II Mineração Ltda e Riomaggiore Mineração Ltda (fevereiro a outubro/2009).

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro do Conselho de Administração da BOZEL Mineração S/A

Presidente da ELEJA – Elétrica Jacuí S/A

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig D

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2009, 2010, 2011 e/ou 2012 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig D;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com a Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig D, de suas controladas, da Cemig, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

